



**UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO - LATO SENSU - GESTÃO DE  
ARQUIVOS**

**O MERCADO DE TRABALHO DOS ARQUIVISTAS  
SÓCIOS DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS DO RS  
(AARS)**

**MONOGRAFIA**

**Jocelaine Zanini Rubim Link**

**São João do Polêsine, RS, Brasil**

**2009**

**O MERCADO DE TRABALHO DOS ARQUIVISTAS  
SÓCIOS DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS DO RS  
(AARS)**

por

**Jocelaine Zanini Rubim Link**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização do Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* Gestão em Arquivos, da Universidade Federal de Santa Maria/ Universidade Aberta do Brasil (UFSM/UAB), como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Especialista em Gestão em Arquivos**

**Orientador (a): Prof<sup>a</sup> Sonia Elisabete Constante**

**São João do Polêsine, RS, Brasil**

**2009**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Universidade Aberta do Brasil  
Curso de Especialização -Lato Sensu- Gestão em Arquivos**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Monografia

**O MERCADO DE TRABALHO DOS ARQUIVISTAS  
SÓCIOS DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS DO RS (AARS)**

elaborada por  
**Jocelaine Zanini Rubim Link**

como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Especialista em Gestão em Arquivos**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

**Profª Sonia Elisabete Constante, Ms**  
(Presidente/Orientador)

**Profº Daniel Flores, Dr. (UFSM)**

**Profª Glaucia Vieira Ramos Konrad, Drª (UFSM)**

São João do Polêsine, 28 de Novembro de 2009.

## **AGRADECIMENTOS**

Este é o momento de muitas emoções, e todas elas se misturam, pois é o alívio do dever cumprido, a alegria de uma conquista realizada, o entusiasmo para novos caminhos e certamente, as lembranças. Foram muitas as pessoas que me apoiaram na concretização deste trabalho e às quais manifesto do fundo do coração, os mais sinceros agradecimentos.

Agradeço a Deus, por me propiciar saúde e força para prosseguir no desenvolvimento deste estudo.

Aos meus maiores tesouros, meu marido Herlon Link e minha filha Caroline Rubim Link, por estarem sempre presentes nos momentos mais difíceis dessa caminhada. Muitas vezes, os deixei de lado para resolver os assuntos referentes ao tema desta pesquisa, mas que souberam me fornecer palavras de apoio e me acalmar para que eu tivesse forças para seguir em frente.

A minha orientadora, Prof<sup>ª</sup> Sonia Elisabete Constante, que me orientou no desenvolvimento deste trabalho e me auxiliou em todos os momentos.

Aos integrantes da Banca, composta pelos professores Dr. Daniel Flores e Dr<sup>a</sup> Glauçia Vieira Ramos Konrad, por prestigiarem esta proposta investigativa.

À Presidente da AARS, Arquivista Clara Marli Scherer Kurtz, pelo fornecimento de dados e dedicação às solicitações e, aos arquivistas associados que responderam às perguntas necessárias para a realização desta pesquisa.

Aos professores do Curso de Arquivologia da UFSM, pela convivência e sabedoria transmitida ao longo de minha formação profissional. A todos, meu respeito e gratidão.

As colegas: Ana Paula Soares, Andrea Gonçalves dos Santos, Cristina Stroeschoen, Iana Militz, Roselaine Bello e Sabrina Stahl; por me auxiliarem em todos os momentos, sempre me incentivando e torcendo pelo meu sucesso; a amiga e professora de Português Dionéia Machado, ao amigo que me auxiliou na construção dos gráficos, Márcio Machado e ao professor de Inglês Allan Fontoura Figueiredo.

E, a todos os que, de alguma forma, colaboraram com o meu crescimento e torceram por mim. Muito obrigada!

## **RESUMO**

Monografia de Especialização  
Programa de Pós-Graduação em Gestão de Arquivos  
Universidade Federal de Santa Maria/ Universidade Aberta do Brasil

### **O MERCADO DE TRABALHO DOS ARQUIVISTAS SÓCIOS DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS DO RS (AARS)**

AUTORA: JOCELAINÉ ZANINI RUBIM LINK  
ORIENTADORA: PROF<sup>a</sup>. MS. SONIA ELISABETE CONSTANTE  
São João do Polêsine, 28 de Novembro de 2009.

Uma das possibilidades de transformação do mundo e das relações humanas se dá através da pesquisa. No entanto, para que haja a comunicação e a reflexão sobre a realidade investigada, necessita-se de uma relação dialógica entre o pesquisador e seu objeto de estudo. Esta pesquisa tem por objetivo investigar a realidade profissional dos arquivistas associados da Associação dos Arquivistas do Rio Grande do Sul (AARS), bem como pesquisar dados referentes à criação da AARS; identificar as instituições nas quais estão inseridos os arquivistas no mercado de trabalho; verificar as atividades arquivísticas realizadas pelos arquivistas nas instituições em que atuam e, investigar e analisar o envolvimento destes no que se refere às atividades propostas pela AARS. A pesquisa realizada classifica-se como descritiva de abordagem qualiquantitativa. A amostra compreendeu os sócios da AARS, num total de 50 arquivistas, sendo que 84% são mulheres e 16% são homens. Para a obtenção dos dados, utilizou-se a aplicação de um questionário direcionado aos arquivistas associados e a realização de entrevistas com a Presidente da Associação, visando conhecer os associados e a história da AARS. Em relação à inserção no mercado de trabalho, constatou-se que 82% dos arquivistas atuam em Instituições Públicas e que a forma de ingresso ocorreu por concurso público; 28% possuem rendimentos de 03 a 05 salários mínimos; 88% realizam as funções arquivísticas. O trabalho é constituído de uma introdução, referencial sobre Associações de Classe; breve histórico da AARS; o arquivista e sua formação profissional; metodologia; análise dos resultados obtidos e considerações finais.

Palavras-chave: Associação dos Arquivistas do RS, mercado de trabalho, arquivista.

## **ABSTRACT**

Specialization Monograph  
Programa de Pós-Graduação em Gestão de Arquivos  
Universidade Federal de Santa Maria/ Universidade Aberta do Brasil

### **LABOR MARKET OF MEMBERS OF ARCHIVISTS ASSOCIAÇÃO OF THE ARCHIVES OF RS (AARS)**

AUTHOR: JOCELAINE ZANINI RUBIM LINK  
ORIENTATOR: PROF<sup>a</sup>. MS. SONIA ELISABETE CONSTANTE  
São João do Polêsine, 28 of November of 2009.

One of the possibilities of transforming the world, and also the human relations, is through research. However, in order to create communication and reflection on the investigated situation, it is necessary to have a satisfactory relationship between the researcher and his object of study. This research aims to investigate the professional reality of the associated archivists of the Associação do Rio Grande do Sul (AARS), as well as making a data research relating to the creation of AARS, to identify the institutions where the archivists were introduced in the job market and, also, to investigate and to analyze their involvement according to the activities proposed by the AARS. The survey is classified as descriptive with a qualitative-quantitative approach. In this sample, members of the AARS got involved, in a total of 50 archivists - 84% of them are women and 16% are men. To obtain the data, it was applied a questionnaire to the associated archivists and made interviews with the President of the Association, in order to meet the members and the history of AARS. According to the questionnaire, it was verified that 82% of the archivists were working in public institutions and the form of entrance was by a public examination, 28% have incomes from 03 to 05 minimum wages, 88% perform archival functions. This paper consists of an introduction, theoretical referential of associations; a brief history of the AARS, the archivist and his professional training, methodology, analysis of the results and final considerations.

Keywords: Associação de Arquivistas do RS, job market, archivist.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Verificação do sexo dos participantes .....	34
FIGURA 2 – Faixa etária .....	35
FIGURA 3 – Estado civil .....	35
FIGURA 4 – Ter ou não filhos .....	36
FIGURA 5 – Número de filhos .....	36
FIGURA 6 – Renda salarial .....	37
FIGURA 7 – Possuir outra graduação .....	38
FIGURA 8 – Níveis de pós-graduação dos arquivistas .....	40
FIGURA 9 – Níveis de pós-graduação dos arquivistas .....	40
FIGURA 10 – Instituições empregadoras .....	41
FIGURA 11 – Formas de ingresso na Instituição .....	42
FIGURA 12 – Categoria funcional .....	43
FIGURA 13 – Função de chefia .....	45
FIGURA 14 – Horas semanais de trabalho .....	45
FIGURA 15 – Incentivo ao aperfeiçoamento .....	46
FIGURA 16 – Atividades e funções arquivísticas desenvolvidas .....	48
FIGURA 17 – Participação aos eventos promovidos pela AARS .....	50
FIGURA 18 – Vinculação a entidades de classe .....	50
FIGURA 19 – Entidades que podem fortalecer o reconhecimento do Arquivista .....	51
FIGURA 20 – Hábito em acessar o <i>site</i> da AARS .....	52
FIGURA 21 - Utilização do site da AARS para publicação .....	52

## **LISTA DE TABELAS**

TABELA 1 – Níveis de pós-graduação dos arquivistas	39
TABELA 2 – Categoria funcional	43
TABELA 3 – Atividades desenvolvidas	47



## LISTA DE SIGLAS

AAB	Associação dos Arquivistas Brasileiros
AARGS	<i>site</i> da Associação dos Arquivistas do Rio Grande do Sul
AARS	Associação dos Arquivistas do Rio Grande do Sul
AGBA	Associação Gaúcha dos Bacharéis em Arquivologia
ARA	Associação Rio Grandense dos Arquivistas
APERS	Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul
CBO	Código Brasileiro de Ocupações
CC	Código Civil
CES	Câmara de Educação Superior
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DE	Dedicação Exclusiva
DRT	Delegacia Regional do Trabalho
DTA	Dicionário de Terminologia Arquivística
FURG	Universidade Federal de Rio Grande
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PNE	Plano Nacional de Educação
SPA	Seção de Associações Profissionais
TICs	Tecnologias de Informações e Comunicações
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria

## **LISTA DE APÊNDICES**

APÊNDICE A - Questionário de Levantamento de Dados.....	65
APÊNDICE B – Entrevista com a Presidente da AARS.....	68

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
1.1 Tema .....	11
1.2 Objetivos .....	12
1.2.1 Objetivo Geral .....	12
1.2.2 Objetivos Específicos .....	12
<b>2 JUSTIFICATIVA .....</b>	<b>13</b>
<b>3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>	<b>15</b>
3.1 Associações representativas de classe .....	15
3.2 Breve histórico da Associação dos Arquivistas do Rio Grande do Sul .....	17
3.3 O arquivista e sua formação profissional .....	20
<b>4 METODOLOGIA .....</b>	<b>31</b>
<b>5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....</b>	<b>34</b>
5.1 Bloco aspectos socioeconômicos .....	34
5.2 Bloco formação acadêmica e inserção no mercado de trabalho .....	37
5.3 Bloco participação como associado da AARS .....	49
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>54</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>57</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>63</b>

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 Tema

A proposta investigativa aborda o papel das entidades representativas de classe; faz a distinção entre associação de classe, sindicalismo e conselho; apresenta um breve histórico sobre a criação da Associação dos Arquivistas do Rio Grande do Sul. Em seguida, é tratado a respeito da formação profissional do Arquivista, bem como é descrito as habilidades e competências deste profissional asseguradas na legislação que regulamenta a profissão e identifica os Cursos de Arquivologia existentes no RS, tais como: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Fundação Universidade de Rio Grande (FURG).

As entidades de classe que abrigam os profissionais têm o papel principal de orientar as diversas dimensões de cada profissão, cumprindo a função social para as quais foram criadas. As instituições de ensino, as associações e as organizações públicas e privadas devem interagir entre si, utilizando-se de projetos pedagógicos que atendam aos anseios da sociedade. Deste modo, a presente pesquisa partiu do seguinte problema: como estão inseridos no mercado de trabalho os Arquivistas sócios da AARS?

É a partir da inserção ao mercado de trabalho que se obtém a compreensão sobre uma profissão, sendo que o reconhecimento desta atividade é uma necessidade latente inerente da própria condição humana, visto que o homem vislumbra se sentir útil e reconhecido.

Para um eficaz desempenho das atribuições profissionais, o arquivista tem que saber ousar, e “pretender com destemor, competência, com dedicação provada. E cabe ao seu órgão representativo, à sua Associação, a tarefa primordial de impor a categoria da missão que desempenha de defender a dignidade de seu mister, de fiscalizar e denunciar erros e omissões” (ESPOSEL, 1994, p. 83). Por isso, o arquivista precisa estar nutrido de competências para saber enfrentar as dificuldades encontradas no exercício de sua profissão.

Costa (2008, p.19), afirma que “a compreensão do contexto e a capacidade de lidar com o conhecimento são necessárias para a efetiva inserção de um profissional no mercado de trabalho”. Pela ideia do autor, compreende-se que o sucesso ou não de qualquer tipo de

trabalho está intimamente relacionado ao capital humano. A partir da ruptura dos paradigmas é que os profissionais aceitam as inovações teóricas e práticas, se permitindo interagir, usar da criatividade para conquistar a inserção no mercado de trabalho. O trabalho está estruturado da seguinte forma: introdução; fundamentação teórica; metodologia que apresenta os instrumentos utilizados para a coleta dos dados, forma de tabulação e apresentação dos dados; análise e discussão de resultados e considerações finais.

## **1.2 Objetivos**

### **1.2.1 Objetivo Geral**

Investigar a realidade profissional dos arquivistas da Associação dos Arquivistas do Rio Grande do Sul (AARS)

### **1.2.2 Objetivos Específicos**

Pesquisar dados referentes à criação da AARS como entidade representativa de classe;

Identificar as instituições nas quais estão inseridos os arquivistas sócios;

Verificar as atividades arquivísticas realizadas pelos arquivistas nas instituições em que atuam;

Investigar e analisar o envolvimento dos arquivistas no que se refere às atividades propostas pela AARS.

## 2 JUSTIFICATIVA

Na trajetória profissional do indivíduo são deixadas marcas adquiridas através do conhecimento, percepção e interação com o mundo a sua volta. A partir disso, entende-se que os semelhantes, de acordo com a forma de pensar, tendem a se unir para sentirem-se mais fortes e lutarem por um propósito em comum.

O associativismo é um elo de sustentação, de demonstração de união dos indivíduos e contribui no fortalecimento e/ou na conquista de direitos das categorias profissionais. Santos (2007, p. 10) defende “a evolução da arquivística nacional e a criação de uma entidade que permita a atuação conjunta de todas as associações de forma democrática e transparente, por adesão e sem agredir a autonomia de cada uma delas”. Então, os sistemas participativos devem ser o espaço para os membros associados expressar a sua vontade, exercitar da criatividade para encontrar soluções para os conflitos, promover a integração e a cooperação e, por fim, demonstrar os interesses pelos objetivos e causas da categoria.

De acordo com Couture; Martineau e Ducharme (1999, p.27) “as associações profissionais também são ‘os lugares de formação’ do arquivista juntamente com as instituições/organização, universidades e arquivos”. Pela citação, verifica-se que a interação entre teoria e prática deve ser experimentada em diversos ambientes, o qual propicie à reflexão crítica sobre como agir no desempenho de suas atribuições.

A relevância desta pesquisa implica num estudo, visando o resgate histórico da história da Associação dos Arquivistas do Rio Grande do Sul (AARS) através de fontes documentais e entrevista com a Presidente da Associação, a fim de obter dados inexistentes na literatura e como forma de conhecer quais as atividades que vêm sendo desenvolvidas pelos arquivistas nas instituições em que atuam e, também, o que pensam a respeito do movimento associativo. O presente trabalho serve de contribuição para a pesquisa arquivística sobre o tema mercado de trabalho, bem como à Diretoria da associação para determinação de novos instrumentos para o fortalecimento das relações de união entre os associados. Também, como forma de estabelecimento de vínculos de comunicação entre os associados, no qual permite o debate e a crítica, favorecendo a interação entre arquivistas e associados.

Na percepção de Jardim (1999), existem divergências nas relações entre a Universidade, as instituições arquivísticas e demais segmentos. O autor enfatiza a importância de acontecer esta interação em prol do aprimoramento do ensino, da pesquisa e da inserção do Arquivista no mercado de trabalho. Isso favorece um diálogo com a sociedade, uma aproximação da teoria aprendida nas Universidades e a prática vivenciada no mundo do trabalho, favorecendo o desenvolvimento científico e a formação interdisciplinar da arquivística. A partir do momento que se conhece o perfil socioeconômico, a formação acadêmica, em que instituições os associados cumprem o exercício profissional é que se promove o processo de interação, ou seja, é neste momento que se identifica o pensamento dos associados a respeito das necessidades de melhorias em termos das ofertas de trabalho e das entidades de classe. Pretende-se com este trabalho, apresentar a realidade do mercado de trabalho dos arquivistas no RS e, também como subsídio à AARS para buscar ações e/ou estabelecer medidas para o fortalecimento do movimento associativo dos Arquivistas do RS.

Com os resultados obtidos, identifica-se o que os Arquivistas associados entendem com relação ao papel da AARS, enquanto entidade representativa desses profissionais; se associar-se a uma entidade de classe contribui para a inserção dos membros no mercado de trabalho; se conhece à busca dos profissionais em benefício do aperfeiçoamento do conhecimento. Com isso, compreende-se que para o exercício de luta em defesa de uma categoria é necessário investigar sobre a realidade profissional dos arquivistas associados da AARS.

Segundo Cook (1982, p. 10) “o objetivo da formação deve ser o de formar profissionais auto-suficientes que possam fazer seu trabalho com segurança, porque sabem resolver os problemas intrínsecos, e que criam, além disso, valor social na sua atividade”. O autor salienta que a formação profissional deve contemplar aspectos para a vivência de uma situação social concreta, voltada para ações que envolvam o questionamento e a participação do arquivista, possibilitando uma revisão dos conhecimentos adquiridos e uma reflexão crítica das relações sociais no exercício de sua profissão. Compreende-se assim, que para o exercício de luta em defesa de uma categoria é necessário investigar sobre a realidade profissional dos arquivistas associados da AARS.

## 3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 3.1 Associações representativas de classe

No Brasil, o sindicalismo iniciou na década de trinta, justamente, em razão do período da industrialização. Nessa época, as atividades sindicais não tinham regulamentação definida em Lei e, conseqüentemente, não eram controladas pelo Estado. Com o advento da Revolução Industrial na qual as máquinas substituíram a mão de obra humana, surgiu a preocupação dos trabalhadores em reivindicarem seus direitos aos patrões por meio de ações que mobilizassem a defesa da categoria. O Estado não intervinha nas relações laborais, deixando os empregados com suas debilidades, sem qualquer proteção em face do empregador opressor. Assim, esses trabalhadores começaram a se organizar, primeiro em sociedades de apoio mútuo e depois em sindicatos.

Na concepção de Antunes, o papel dos sindicatos é de buscar melhores condições no exercício da profissão, pois

os sindicatos são, portanto, associações criadas pelos operários para sua própria segurança, para a defesa contra a usurpação incessante do capitalista, para a manutenção de um salário digno e de uma jornada de trabalho menos extenuante, [...] os sindicatos são instituições reconhecidas e sua ação é admitida como fator de regulamentação e fiscalização dos salários, da jornada de trabalho e da legislação social (ANTUNES, 1986, p. 13-14).

Sendo assim, segundo o autor, os sindicatos têm como função principal negociar dissídios salariais, tratar de temas como convenções coletivas de trabalho e ainda defender os interesses econômicos e profissionais dos associados.

Segundo Antunes (1986), foi em 1930 que surgiu uma nova fase do sindicalismo brasileiro porque ocorreu o movimento militar que impediu a posse do Presidente Júlio Prestes e possibilitou o candidato Getúlio Vargas a assumir o poder de governar o Brasil. Entretanto, nesta mesma época, não era autorizada a associação em Sindicatos para todas as classes de trabalhadores, como foi o caso dos servidores públicos que não tinham autorização



para se organizarem em sindicatos, ou seja, somente podiam se filiar as associações de classe.

Em 1931, foi criada a primeira lei sindical brasileira. Promulgada pelo Decreto nº. 19.770, de 19 de março que garantiu aos trabalhadores seus direitos trabalhistas.

No governo de Getúlio Vargas, uma das primeiras e maiores conquistas da classe operária foi à instituição da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), estipulando carga horária de trabalho semanal e remuneração por categoria. Mas, foi com a Revolução Liberal, no final da década de 30 e início da década de 40 é que se reconhece o sindicalismo como órgão representativo e com função pública. Assim, vê-se estabelecido esse direito por Decreto Lei nº. 542 de 1º de maio de 1943 na CLT, no art. 511 o seguinte:

É lícito à associação para fins de estudo, defesa e coordenação de seus interesses econômicos ou profissionais de todos os que, como empregadores, empregados, agentes ou trabalhadores autônomos, ou profissionais liberais, exerçam respectivamente, a atividade ou profissão, ou atividades ou profissões similares ou conexas. (CLT, 1997, p.151)

Porém, na década de 60, com a instalação da ditadura militar, houve a opressão dos sindicalistas que foram perseguidos e/ou executados atrelando o movimento dos trabalhadores até a década de 80. Segundo Antunes (1986), este período da história do Brasil, governando pelos militares (1964 a 1985), foi marcado por acentuada fragmentação institucional e excludente das camadas da população, tanto no que se refere à participação social quanto à participação política. Os movimentos sociais que se organizaram durante o regime militar e que agiam contra ele, adotaram em suas palavras de ordem o termo ditadura para denominar o que se apresentava como um regime de exceção. No entanto, o movimento do sindicalismo se reiniciou com o término da ditadura militar e da introdução do chamado “novo sindicalismo”, no qual permitiu a inserção dos servidores públicos no movimento sindical.

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, houve a permissão para que todos os indivíduos se organizem em sindicatos. Adotou-se o sistema de unidade sindical, no qual o governo somente reconhece como órgão representativo um sindicato, podendo estes ser distritais, municipais, estaduais, interestaduais, intermunicipais ou nacionais. O sindicato é uma pessoa jurídica de direito privado e tem seus deveres previstos no artigo 592 da CLT. As corporações profissionais integram um quadro de elementos que configuram uma ocupação organizada. Dentre as corporações profissionais estão inseridas as associações de classe, os sindicatos e os conselhos.

As associações têm o papel de atendimento social de seus associados. Assim, é compreendida como o espaço de estímulo ao lazer, a recreação e de propiciar a prestação de

serviços com o fim social de amparar seus associados, proporcionando uma melhor qualidade de vida para os sócios e dependentes. No Código Civil (2009, p. 265), no art.53 lê-se: “Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos”. De acordo com o Código, há diferenças na forma de constituição e normatização dos sindicatos e das associações, ou seja, as associações de classe são instrumentos para discutir problemas e propor soluções para a categoria profissional e são regidas pelos artigos 53 e 61 do Código Civil. Os sindicatos, por um lado, têm de obedecer a CLT e podem fazer acordos coletivos, pois se organizam com fins econômicos. Também exigem a inscrição no Ministério do Trabalho, enquanto que a associação de classe é dispensada desse registro.

O art. 54 do Código Civil (2009) prevê que o estatuto da associação de classe deve conter os requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados; seus direitos e deveres; o modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos e administrativos; a denominação, os fins e a sede da associação e as condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução.

As associações são sociedades de cunho científico, criadas com o objetivo de auxiliar os profissionais e estudantes com atividades que agreguem valor aos seus currículos, como cursos, palestras, congressos, jornadas, encontros, simpósios e demais eventos científicos. Elas devem cuidar de reciclar os conhecimentos técnico-científicos, tendo como objetivo atualizá-los diante de uma sociedade que exige cada vez mais qualidade, especialização, excelência e competência. Por fim, os Conselhos Federais, têm o papel de fiscalizar as profissões, podendo autuar ao verificar infrações, sendo o pagamento de anuidades dos registrados obrigatória.

### **3.2 Breve histórico da Associação dos Arquivistas do Rio Grande do Sul**

O movimento associativo, congregando os profissionais da área arquivística tem início com a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB). No Brasil, de acordo com Castro (1988, p. 65) a AAB é “sociedade civil de direito privado, apolítica, cultural, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro e foi criada a 20 de outubro de 1971”. A autora menciona ainda sobre a criação dos núcleos regionais e faz menção a instalação do primeiro instalado em Brasília em 13 de maio de 1974.

Conforme afirma Santos (2007), os núcleos eram subordinados pela Associação Nacional e tinham que repassar a associação Nacional o percentual de 20% sobre a renda

líquida. Assim, houve uma reunião com os núcleos, em 26 de julho de 1998, na cidade do Rio de Janeiro e nesta ocasião, estes receberam a notícia da extinção, que ocorreu devido a impossibilidade da AAB gerenciar os Núcleos. Com a extinção, os núcleos tiveram que repassar todos os bens adquiridos à Associação Nacional. O artigo 61 do Código Civil determina que:

Dissolvida a associação, o remanescente do seu patrimônio líquido, depois de deduzidas, se for o caso, as quotas ou frações ideais referidas no parágrafo único do art. 56, será destinado à entidade de fins não econômicos designada no estatuto, ou, omissis este, por deliberação dos associados, à instituição municipal, estadual ou federal, de fins idênticos ou semelhantes” (CÓDIGO CIVIL, 2009, p. 266).

Constata-se que, o repasse dos bens dos núcleos regionais aconteceu com amparo na Legislação, ou seja, obedecendo-se previsões constantes no Estatuto da AAB, órgão central na época e, principalmente, respeitando-se o que assegura o Código Civil.

Conforme Santos (2007), o fato da extinção dos núcleos regionais ocorreu com base na reivindicação destes que solicitavam autonomia e da reclamação de que não havia um equilíbrio entre o esforço e recompensa dos núcleos que mais se engajam. Surge a partir daí a criação da AARS que foi fundada a partir dos debates gerados com a extinção.

De acordo com Castro (1988), a história das Associações Arquivísticas gaúcha é marcada por alguns fatos importantes, como a regulamentação da profissão de arquivista que criou um *corpus* profissional com os provisionados amparados pela Lei nº 6546/78, sobre a Regulamentação da profissão de Arquivistas. No tocante ao Estado do Rio grande do Sul, constata-se a criação, no ano de 1979, da Associação Rio-Grandense dos Arquivistas (ARA) e, em 1980, da Associação Gaúcha dos Bacharéis em Arquivologia. A AGBA foi fundada em 22 de maio de 1980, com sede em Santa Maria, RS, e teve apenas duas diretorias, sendo extinta em meados de 1985. Como finalidade tinha por “defender os interesses da Arquivologia, bem como estimular o aprimoramento da cultura arquivística” (CASTRO, 1988, p. 69).

Devido à extinção dos núcleos, criou-se a sede da Associação<sup>1</sup> (AARS), que foi constituída aos vinte e dois dias do mês de janeiro de 1999, em Assembleia Geral realizada no Museu Júlio de Castilhos na cidade de Porto Alegre. Dentre os dirigentes da AARS já integraram os quadros de direção os seguintes profissionais: Daniel Flores, Neiva Pavezi, Raquel Miranda da Silva, Leila Terezinha dos Santos, Karine Georg Dressler, e Clara Marli

---

<sup>1</sup> A sede da AARS está localizada na cidade de Santa Maria – RS, à rua Jorge Pedro Abelin, nº 108-A, Cep: 971050-390, telefones: (55) 3222-4320 e (55) 9955-1920, site: [www.aargs.com.br](http://www.aargs.com.br) e um posto de atendimento junto ao Arquivo Público do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, à rua Riachuelo, nº 1031

Scherer Kurtz, sendo esta última integrante dos quadros de Diretoria por mais do que uma gestão e compõe atualmente a Direção no cargo de Presidente.

O Seminário Regional de Arquivos e a Semana do Arquivista realizada no mês de outubro de cada ano; além de Cursos, Encontros e Seminários dirigidos ao aperfeiçoamento e atualização de seus associados são algumas das atividades de destaque promovidas pela Associação. Para a divulgação e promoção dos eventos, a entidade estabelece parceria com os Cursos de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); com o Arquivo Público do Estado – APERS e com o Arquivo Histórico de Porto Alegre Moisés Velinho.

A AARS tem como prioridades atuar no desenvolvimento de ações para a promoção da Arquivologia e dos profissionais Arquivistas. Neste contexto, a citação abaixo descreve os objetivos da AARS:

Tem por objetivos: promover a defesa dos interesses dos profissionais que atuam na área; incrementar estudos para melhorar o nível técnico e cultural dos profissionais de arquivo; cooperar com órgãos governamentais e entidades nacionais e internacionais públicas e privadas, em tudo o que se relacione com arquivos; promover a valorização, o aperfeiçoamento e a difusão do trabalho arquivístico; estabelecer e manter intercâmbio com associações congêneres; participar dos eventos da área; colaborar com o Arquivo nacional, os arquivos estaduais e municipais, no desenvolvimento de políticas de arquivo; e representar judicial e extrajudicialmente os associados mediante autorização de Assembléia Geral (RICHTER; GARCIA; PENNA, 2004, p.110).

As autoras fazem compreender que, a AARS é um órgão atuante na defesa das causas arquivísticas. A entidade deve buscar o questionamento sobre as irregularidades que afetam a área, promover eventos para o melhor aprimoramento dos Arquivistas, atuando na defesa dos direitos referentes à categoria.

Na entrevista realizada com a Presidente da AARS, Senhora Clara Marli Scherer Kurtz (Apêndice B), esta, informou que existem aproximadamente, no quadro de associados o total de 123 sócios efetivos dentre estudantes de Arquivologia, graduados em Arquivologia e demais sócios que se identificam com a área de Arquivologia e Documentação.

Verificou-se pelas leituras realizadas no *site* da Associação que a AARS mantém como propósitos: a promoção da defesa dos interesses dos profissionais; a implementação de estudos para melhorar o nível técnico e cultural dos arquivistas; a cooperação com órgãos governamentais e entidades nacionais e internacionais, públicas e privadas, no que se relacione com a atividade arquivística; a promoção e valorização da profissão com o aperfeiçoamento e a difusão do trabalho arquivístico, por meio de estudos, cursos, congressos,

seminários e outras atividades; o estabelecimento de intercâmbio com associações congêneres; a colaboração com o Arquivo Nacional, com os arquivos estaduais e municipais, no desenvolvimento de políticas arquivísticas.

A Associação é membro do Conselho Nacional de Arquivos e representa, atualmente, por ordem de rodízio as Associações Arquivísticas Brasileiras bem como possui a inscrição a partir de 2007 na Seção de Associações Profissionais – SPA, do Conselho Internacional de Arquivos (CIA).

A diretoria para o biênio 2009/2011 da Associação dos Arquivistas do RS (AARGS) tomou posse em Assembleia Geral realizada dia oito (08) de julho de 2009, no Auditório do APERS, em Porto Alegre e está assim constituída: Presidente: Clara Marli Scherer Kurtz, Vice-Presidente: Helena Marques Bastos, 1º Secretário: Katia Becker Lorentz, 2º Secretário: Sonia Elisabete Constante, 1º Tesoureiro: Maria Cristina Kneipp Fernandes, 2º Tesoureiro: Jara Rejane Pereira da Silveira, Conselho Fiscal: Titulares: Jackson Guterres dos Santos, Andrea Gonçalves dos Santos, Raone Somavilla, Suplentes: Tassiara Jaqueline Fanck Kich, Vinicius Mitto Navarro, Rejane Maria Tonetto.

### **3. 3 O Arquivista e sua formação profissional**

No final do século XVIII, a revolução política decorrente da Revolução Francesa tornou os homens livres, criaram-se os cidadãos como, membros do Estado e titulares da Soberania, sob os princípios da liberdade e da igualdade, ainda que de início apenas no plano formal. A Revolução Francesa propiciou uma ruptura com o sistema feudal e enfraqueceu o poder político da Igreja. Surgiu a partir daí uma sociedade mais secular que permitiu o reconhecimento dos direitos humanos e a criação da institucionalização do poder do Estado.

A França é a matriz de referência para o nascimento do profissional arquivista com funções específicas. A criação da *École Nationale des Chartes*, instituída em 1821 formava e treinava o arquivista paleógrafo. Com a criação do Arquivo Nacional da França, o trabalho do arquivista consistia na verificação documental e servia para a análise histórica, contribuindo para que o arquivo adquirisse uma posição de *status*. O Arquivo Nacional da França foi criado para a tutela dos arquivos pertencentes ao Estado. Porém, foi apenas em 1841 que foi introduzido normas para a organização dos arquivos.

Mundet (2001) faz referência à data de 24 de abril de 1841 para o nascimento da Arquivística. O autor aponta a introdução por Natalis de Wally do princípio da proveniência, ou seja, a primeira norma de organização dos documentos. Esta norma consistia em não

separar os documentos pertencentes a um fundo, isto é, os documentos de uma instituição ou pessoa deveriam ser mantidos juntos, sem desmembrá-los e sem descontextualizar o ato de criação e reunião dos documentos.

O Positivismo liderado pelo filósofo e historiador francês Augusto Comte, permitiu que os historiadores passassem a valorizar as fontes documentais existentes nos arquivos utilizados para interpretar e realizar a crítica historiográfica. A Arquivologia nesse período viveu o momento de servir como uma técnica auxiliar, visto que o arquivista tinha como atribuições ler, transcrever, catalogar e indexar os documentos para que o historiador pudesse dar sentido à ciência histórica.

A sociedade em geral no final do século XIX e início do século XX, foi fortemente marcada por transformações, como o surgimento do telégrafo, do telefone, do rádio, da fotografia, da televisão, dos computadores e da comunicação por satélite. As inovações tecnológicas provocaram uma simbiose e mudança nos paradigmas. Assim, o arquivista passou a ter um novo papel a desempenhar na gestão documental e se tornou um instrumento de apoio nas decisões administrativas visto que, a cada dia aumentava nas administrações públicas e privadas, a produção de documentos e exigiram instrumentos de acesso às informações mais eficazes.

Segundo Mueller (2004, p.31) “o trabalho profissional se origina de necessidades sentidas por toda a sociedade, grupos dentro dela, ou indivíduos isolados. O objetivo da ação profissional é dar soluções aos problemas que provocam aquelas necessidades”. Compreende-se pelas palavras da autora que, a Arquivologia nasce impulsionada pelo desejo em criar práticas para a organização dos documentos e com isso ocorre o aumento da produção documental e a eminente necessidade de tratá-los, proporcionando uma expansão do mercado de trabalho para o Arquivista.

Os avanços tecnológicos exigiram maior comprometimento dos profissionais das ciências da informação. Para Jardim (1998), o arquivista deve acompanhar as transformações e se atualizar, tendo em vista que a tecnologia está em constante mudança. Neste sentido, para que o profissional enfrente os avanços, deve buscar o aperfeiçoamento como meio de acompanhar as exigências propiciadas pelas tecnologias de informação e de se manter no emprego e/ou de se inserir no mercado de trabalho.

O Estado do Rio Grande do Sul pode oferecer um amplo mercado de trabalho para os Arquivistas tanto em instituições públicas e privadas, pois o Estado possui aproximadamente 500 municípios e 3 Universidades Federais que oferecem Cursos de Arquivologia.

Os requisitos necessários à execução de uma tarefa passam por transformações ao longo do tempo. As novas formas de produzir e organizar bens e serviços exigiu maior qualificação dos indivíduos, tanto que o diploma conquistado não é mais garantia de emprego e ou estabilidade nas relações de trabalho como era entendido nos anos 70. Atualmente, exige-se um permanente aprimoramento de conhecimentos através da educação continuada já que, o aprendizado não cessa de progredir e de se acumular. Bellotto (2004) faz referência às deficiências na formação do Arquivista, afirmando que:

Muitos dos especialistas que têm se preocupado com a formação e o desenvolvimento profissional do arquivista, em âmbito internacional, são unânimes em reconhecer as deficiências da formação, a falta de relação entre o mercado de trabalho e o mundo universitário, assim como em apontar os pontos fracos da profissão, advindos não só da debilidade de formação, mas também da carência de maior consolidação das teorias, das normas, da evolução vertiginosa das tecnologias, não acompanhada pelo mesmo ritmo pelo ensino e pela aprendizagem (p. 302).

Bellotto considera que, o arquivista deve estar preparado para enfrentar o mercado de trabalho. É a partir da interação, das reflexões sobre as inquietações profissionais que se aproxima à relação entre a teoria aprendida nas Universidades e a prática vivenciada na experimentação do mundo do trabalho. O aumento de competitividade nas organizações inseriu o uso das tecnologias e exigiu a busca por excelência, eficácia e qualidade no tratamento das informações.

Conforme Faria (2004), as atribuições das Universidades e dos professores não é somente formar profissionais capazes de atender as exigências do mercado de trabalho, mas sim formar cidadãos que saibam discernir o que são valores éticos, atuando de maneira comprometida com seu contexto social.

O Arquivista encontra dificuldades em desempenhar suas atividades ao estar em contato com instituições que não possuem instrumentos de gestão arquivística.

É bem comum, infelizmente, que ao deparar pela primeira vez com a tarefa, o que o arquivista adquire antes de mais nada é a responsabilidade sobre o caos precedente. Enquanto outros profissionais assumem tarefas em andamento ou começam do zero, nos arquivos já se começa 'com números vermelhos', pois o que se recebe é a responsabilidade sobre a desorganização, em muitos casos acumulada durante séculos. (Alberch Fugueras; Cruz Mundet, 1999, p.14 – *tradução nossa*).

Conforme os autores, o Arquivista ao assumir o cargo recebe a tarefa de organizar a documentação acumulada por longos períodos, sem nenhum tratamento. Com isso, este profissional para realizar a gestão documental terá que realizar um levantamento sobre a

estrutura organizacional, a tramitação do fluxo documental, estudando os métodos de classificação utilizados, a disposição dos documentos e a existência de instrumentos de pesquisa. Este primeiro contato permite diagnosticar a situação e propor a metodologia arquivística para a gestão documental. O perfil do Arquivista deve estar voltado para a gestão de pessoas e recursos; para a análise dos processos administrativos; para a verificação sobre a autenticidade dos documentos; planejamento de rotinas e procedimentos; cálculo dos custos dos serviços de arquivo; mantendo o contexto de criação dos documentos de forma à difusão sobre a organização e acesso aos documentos de Arquivo.

Luciana Duranti menciona sobre a importância do papel dos arquivistas,

[...] os arquivistas devem transcender seu papel de custodiadores se desejam sobreviver como profissão no próximo século [...] As tecnologias da informação não estão aí para complicar nossa vida, mas para simplificá-la. Os arquivistas não precisam ter a custódia física dos registros eletrônicos para exercer o controle sobre eles e proteger sua integridade: eles podem fazer isso à distância, contanto que detenham autoridade legal para essa função (DURANTI, 1994, p.62)

A autora relembra que, as tecnologias de informação e comunicação já fazem parte dos instrumentos de trabalho do Arquivista. A evolução tecnológica sugere o acompanhamento das novas tendências pelos profissionais que devem procurar se especializar e usar da interdisciplinaridade com outras áreas.

Segundo Valentim (2000), as tecnologias introduziram novos desafios ao Arquivista, como a competitividade internacional e a globalização que propiciaram a criação de instrumentos mais pontuais de gestão documental. Logo, o Arquivista necessita estar atualizado para enfrentar as atividades da profissão e para isso deve ter motivação e iniciativa; deve saber o que fazer; ter a capacidade de aprender; adquirir o saber com as experiências, com as técnicas empregadas e ter determinação clara de objetivos a atingir. Este trabalho requer interação com as demais áreas, sendo importante desenvolver algumas qualidades tais como: concentração, determinação e organização, capacidade de liderança, espírito persuasivo, atenção a detalhes, bom nível de visão, capacidade de interação, de aplicação de métodos e principalmente de atitude de perseverança.

Os autores abaixo elucidam a respeito da formação profissional tanto nas associações profissionais quanto nas demais instituições responsáveis pela formação do Arquivista.

De um modo geral, as associações profissionais ou as instituições responsáveis pela formação têm procurado, de há alguns anos a esta parte, organizar debates de variado tipo sobre a questão dos perfis e das competências profissionais e a tônica



dominante é a de se reconhecer a inevitabilidade da mudança e a necessidade imperiosa de renovar a formação. (SILVA; RIBEIRO, 2004, p.02)

A citação dos autores revela que, os lugares de formação, tais como as instituições e as associações profissionais acompanham as exigências e procuram se preparar para as mudanças constantes no processo evolutivo da sociedade. Logo, as novas demandas surgidas a partir dos modelos de gestão propiciaram que as organizações buscassem indivíduos qualificados intelectual e tecnicamente.

O campo de atuação do Arquivista é tanto o de empresas públicas quanto de privadas, dentre as suas diversas classificações tais como: escolas, universidades, centros culturais e/ou centros de documentação, empresas, dentre outros. Qualquer órgão, empresa ou instituição que produza documentos deve ter um responsável pela documentação e este profissional deve ser qualificado para tanto, de forma que possibilite preservar a evolução, o funcionamento, a organização das informações do órgão facilitando o acesso para futuras pesquisas e a preservação do patrimônio documental.

Michaelis<sup>2</sup> conceitua o vocábulo Arquivista como sendo o profissional que cuida e organiza um repositório ou coleção de qualquer espécie de documentos ou outros materiais, como manuscritos, fotografias, correspondência, dentre outras. A explicação encontrada no dicionário esclarece o papel do arquivista e explica que este profissional organiza quaisquer informações constituídas nos diversos suportes documentais.

A definição de Arquivista no Dicionário de Terminologia Arquivística (2005, p. 26) é o “profissional de nível superior, com formação em arquivologia ou experiência reconhecida pelo Estado”, ou seja, é o profissional que possui formação acadêmica.

Conceituando arquivista, as autoras consideram que:

Ser arquivista é compreender a natureza da arquivística como área do conhecimento, limitada por seu objeto principal que é o arquivo. Isto significa compreender a história dos arquivos, a legislação arquivística, a profissão, a terminologia, a teoria, a metodologia e o contexto da produção de informações e documentos arquivísticos, bem como os procedimentos técnicos relacionados ao tratamento dos arquivos. (RICHTER; GARCIA; PENNA, 2004, p. 68).

Então, o arquivista é reconhecido por ser um gestor de documentos, incumbido de preservar a documentação sob sua custódia, assegurando a integridade física e intelectual dos

---

<sup>2</sup> Dicionário Michaelis da Língua portuguesa. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php> Acesso em: 13 de ago. 2009

documentos, obedecendo aos princípios arquivísticos, realizando a classificação, a avaliação e a descrição dos conjuntos documentais mantidos sob sua salvaguarda.

Conforme a Classificação Brasileira de Ocupações, elaborada pelo Ministério do Trabalho (CBO, 2002, p. 10) "o arquivista é considerado o administrador de arquivos, encarregado de serviço de arquivo médico e estatístico ou é o especialista em documentação arquivística, em organização de arquivos, gestor de documentos".

O Arquivista necessita de formação universitária com duração aproximada de quatro anos e conforme as diretrizes curriculares para os cursos de Arquivologia aprovadas pelo Parecer CES 492/ 2001. Além disso, os Cursos de Arquivologia devem incluir os critérios utilizados para o estabelecimento das atividades acadêmicas obrigatórias e optativas e a organização modular, por créditos ou seriada no seu projeto pedagógico.

O cenário educacional tem passado por mudanças e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996 instituiu novos conceitos de flexibilização curricular, conferindo ao aluno liberdade de escolha de sua formação. Por isso, cabe às instituições de ensino reestruturar suas propostas pedagógicas e curriculares direcionadas para a "formação de graduados generalistas, versáteis, aptos a atuar em diferentes contextos" (TEIXEIRA, BARBOSA, LUBISCO e CUNHA, 2002).

Segundo Richter, Garcia, Penna (2004, p. 81) "a partir de então, as instituições de ensino de nível superior, libertas do currículo mínimo de 1974, podem estruturar o currículo de seus cursos, buscando uma formação mais atualizada, humana e crítica". Constata-se que, a partir daí a própria legislação propicia que as universidades participem do processo de revisões dos paradigmas da sociedade, possibilitando um contínuo aprimoramento na forma dos métodos para o aprendizado e aquisição do conhecimento.

As atribuições e habilidades do Arquivista estão legitimadas através da Lei nº 6546 de 04 de julho de 1978 e Decreto nº 82590/78, que regulamenta a profissão de arquivista e estabelece as seguintes atribuições:

- I - planejamento, organização e direção de serviços de Arquivo;
- II - planejamento, orientação e acompanhamento do processo documental e informativo;
- III - planejamento, orientação e direção das atividades de identificação das espécies documentais e participação no planejamento de novos documentos e controle de multicópias;
- IV - planejamento, organização e direção de serviços ou centro de documentação e informação constituídos de acervos arquivísticos e mistos;

V - planejamento, organização e direção de serviços de microfilmagem aplicada aos arquivos;

VI - orientação do planejamento da automação aplicada aos arquivos;

VII - orientação quanto à classificação, arranjo e descrição de documentos;

VIII - orientação da avaliação e seleção de documentos, para fins de preservação;

IX - promoção de medidas necessárias à conservação de documentos;

X - elaboração de pareceres e trabalhos de complexidade sobre assuntos arquivísticos;

XI - assessoramento aos trabalhos de pesquisa científica ou técnico-administrativa;

XII - desenvolvimento de estudos sobre documentos culturalmente importantes.

Estabelece ainda que:

Art. 1º O exercício das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, com as atribuições estabelecidas nesta Lei, só será permitido aos diplomados no Brasil por curso superior de Arquivologia, reconhecido na forma da lei.

No que se refere a preceitos éticos, o Arquivista associado da AARS conta com o Código de Deontologia aprovado em Pequim, na China no XIII Congresso Internacional de Arquivos, em 6 de setembro de 1996 para servir de orientação nas questões referentes aos direitos e deveres a serem respeitados no exercício de suas atribuições.

O referido Código<sup>3</sup> preceitua dez itens a serem observados na prática profissional do Arquivista, bem como se observa no item nove a importância da busca pela excelência profissional, como: “Los archivistas deben buscar la excelência profesional, actualizando sus conocimientos archivísticos permanentemente, y compartiendo los resultados de sus investigaciones y experiência laboral”. Verifica-se que, um código de ética tem por finalidade estabelecer regras de conduta profissional de forma a possibilitar a qualidade do trabalho desempenhado e a valorização da profissão do Arquivista pela sociedade.

O Conselho Nacional da Educação, órgão de responsabilidade do governo brasileiro, define competência profissional no art. 7º da Resolução CNE/ CP nº 3:

A capacidade pessoal de mobilizar, articular e colocar em ação conhecimentos, habilidades, atitudes à medida que a diversidade das situações aumenta. A competência é a iniciativa sob a condição de autonomia, que supõe a mobilização de dois tipos de recursos: os recursos internos pessoais (adquiridos, individuais, grupais e organizacionais, valores necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho e pelo desenvolvimento tecnológico (BRASIL, 2002, p. 07).

---

<sup>3</sup> Código de Ética. Disponível em: <http://www.aargs.com.br/index.php?id=32> Acesso em 05 de ago. 2009.

Por meio desta Resolução, verifica-se que os Arquivistas devem possuir autonomia; saber trabalhar em equipe e administrar suas emoções; possuir capacidade de interagir; de obter êxito no relacionamento interpessoal; de saber utilizar os recursos na comunicação e de realizar um planejamento. Estes são os quesitos indispensáveis para melhor se relacionar no mercado de trabalho. O Arquivista ainda precisa dominar as técnicas de redação, o que inclui um bom conhecimento de gramática e de vocabulário. Isso possibilitará sua participação na redação de relatórios, elaboração de projetos e de instrumentos para a gestão arquivística, na comunicação via *e-mail*, onde a habilidade na linguagem é fundamental, quer seja para escrever, falar ou fazer apresentações.

Com as mudanças no mundo do trabalho não se espera dos profissionais somente desempenho técnico na execução de suas tarefas, mas que saibam desenvolver e manter relações sociais nos diferentes âmbitos do trabalho que a instituição permeia. Amplia-se, assim, o foco de atenção do seu trabalho desvestindo-se do campo técnico e material para inserir-se no relacional e comportamental.

Segundo Nascimento e Barbosa (2001, p. 19) “o homem estará sempre ou trabalhando para alguém ou com alguém, ou por alguém. O homem pode até trabalhar só; entretanto, por mais isolado que seja o trabalho, ele necessita de uma relação, interação com o outro em algum momento”. Compreende-se que, o trabalho vai muito além do desempenho de uma atividade específica; ele representa relacionamento social, identificação com um grupo, reconhecimento e valorização pessoal, sendo necessário que os indivíduos interajam entre si.

O processo decisório depende das informações e da qualidade das informações, por isso, são necessários que o Arquivista saiba conduzir o exercício profissional, regulado por valores coletivo maiores, globais, amparados nos ideais modernos de sociedade. Com isso este profissional deve possuir senso holístico de forma a se permitir flexibilidade e competência para atuar frente aos desafios.

No Rio Grande do Sul existem três Cursos de Arquivologia, sendo eles: Universidade Federal de Santa Maria<sup>4</sup>, criado em 10 de agosto de 1976; Universidade Federal do Rio Grande do Sul<sup>5</sup>, criado em 30 de julho de 1999 e Fundação Universidade do Rio Grande<sup>6</sup> criado no ano de 2008. A Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE/CES) 20, de 13 de março de 2002, estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Arquivologia.

---

<sup>4</sup> Disponível em: <http://w3.ufsm.br/arquivologia/index.php?show=OCurso> Acesso em: 14 out. 2009.

<sup>5</sup> Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/arquivologia/institucional/doc.php?u=/> Acesso em: 14 de out. 2009.

<sup>6</sup> Disponível em: [http://www.noticias.furg.br/clipping/dezembro07/10\\_12\\_07\\_clip.html](http://www.noticias.furg.br/clipping/dezembro07/10_12_07_clip.html) Acesso em 14 de out. 2009.

Dentre as competências e habilidades de indivíduos graduados em Arquivologia conforme o Parecer CNE/CES 492 e a Resolução CNE 20/2002, do Conselho Nacional de Educação, enumeram-se as de caráter geral e comum e as de caráter específico, a seguir:

**a) Caráter Geral:**

- Identificar as fronteiras que demarcam o respectivo campo de conhecimento;
- Gerar produtos a partir dos conhecimentos adquiridos e divulgá-los;
- Formular e executar políticas institucionais;
- Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos;
- Desenvolver e utilizar novas tecnologias;
- Traduzir as necessidades de indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação;
- Desenvolver atividades profissionais autônomas, de modo a orientar, dirigir, assessorar, prestar consultoria, realizar perícias e emitir laudos técnicos e pareceres;
- Responder a demandas sociais de informação produzidas pelas transformações tecnológicas que caracterizam o mundo contemporâneo;

**b) Específicas:**

- Compreender o estatuto probatório dos documentos de arquivo;
- Identificar o contexto de produção de documentos no âmbito de instituições públicas e privadas;
- Planejar e elaborar instrumentos de gestão de documentos de arquivo que permitam sua organização, avaliação e utilização;
- Realizar operações de arranjo, descrição e difusão de acervos arquivísticos.

O arquivo não deve ser entendido somente como um lugar físico que congrega os documentos de forma material, pois ao preservar a documentação, é preservada a memória e com isso, se constrói possibilidades para a construção de novos conhecimentos, propiciando mais e maior transparência das ações. Para o acesso às informações, é imprescindível a organização dos documentos. Neste sentido, as atividades são um conjunto de procedimentos, bem como são as responsabilidades atribuídas a um determinado sujeito com a finalidade de execução de uma tarefa, processo ou função. Ao Arquivista, cabe desempenhar funções para o estabelecimento da gestão documental, levando-se em consideração que as informações

arquivísticas representam o produto das atividades desenvolvidas pelas Instituições e retratam as funções do órgão que produziu a documentação.

De acordo com Couture; Rouseau (1998), as funções arquivísticas perfazem o total de sete, tais como: criação; avaliação; aquisição; conservação; classificação; descrição e difusão dos arquivos. Assim, os autores, defendem também, a teoria de uma arquivística integrada que contemple todo o ciclo vital, ou seja, os documentos nas três idades (corrente intermediária e permanente). A efetiva gestão de documentos requer a elaboração de instrumentos. Dentre estes instrumentos os mais usuais estão o plano de classificação e a tabela de temporalidade de documentos que são o produto e, conseqüentemente, o resultado do desempenho das funções arquivísticas. Porém, compreende-se, a partir da visão da arquivística integrada, que qualquer função arquivística perderá o seu sentido se o Arquivista não souber identificar a atividade que foi a geradora do documento. Logo, faz-se necessária que o Arquivista realize uma classificação apropriada na qual represente as informações contidas nos documentos.

Ao realizar a função avaliação, o arquivista deve definir os prazos e o período em que os documentos poderão ser eliminados, transferidos ou recolhidos. Neste instante, é necessário realizar uma análise segundo o valor e o potencial de uso que apresentam os documentos para a administração que os gerou e para a sociedade. A tarefa de avaliar deve ser realizada inicialmente nos arquivos correntes e, após, ter seqüência nos arquivos intermediário e permanente, para que haja redução da massa documental e racionalização dos espaços físicos. Além disso, quando a documentação estiver nesta fase, no arquivo permanente, possibilitará a difusão das informações e o acesso ao conhecimento a quem necessitar utilizá-la. Deve-se entender que a própria falta de espaço ou acúmulo de documentos sem tratamento técnico pode ser decorrência do recolhimento indiscriminado de documentos que não passaram pelo crivo da avaliação. Bernardes (1998) conceitua a função avaliação como o:

trabalho interdisciplinar que consiste em identificar valores para os documentos (imediato e mediato) e analisar seu ciclo de vida, com vistas a estabelecer prazos para sua guarda ou eliminação, contribuindo para a racionalização dos arquivos e eficiência administrativa, bem como para a preservação do patrimônio documental ( p.14).

Enfim, é necessário que as informações estejam organizadas para que se possa propiciar o acesso às fontes documentais. O plano de classificação organiza os tipos de documentos produzidos e/ou recebidos conforme os critérios definidos. Após os documentos estarem classificados e avaliados se realizará a descrição dos documentos, tarefa que consiste

na elaboração dos instrumentos de pesquisa, que fornecerá auxílio ao pesquisador na busca por determinada informação.

Segundo Bellotto (2004, p.33) “as vias de acesso do historiador ao documento são os instrumentos de pesquisa”. Logo, os instrumentos de pesquisa propiciam a difusão dos arquivos e a disseminação da informação. A descrição garante a compreensão ampla do conteúdo de um arquivo e possibilita conhecer e localizar a documentação mantida no acervo.

## 4 METODOLOGIA

Neste estudo, utilizou-se da pesquisa descritiva de abordagem quali/quantitativa. Conforme Cervo e Bervian (2002), a pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los. O estudo fez uso do questionário e de entrevistas como técnica padronizada de coleta de dados vislumbrando a qualidade e conteúdo das informações levantadas para a análise dos dados e o relato dos resultados obtidos.

No que concerne aos procedimentos metodológicos, primeiramente foi definido o tema e a delimitação do tema a ser desenvolvido, assim como a população. Para Gressler (2004, p.140) a amostragem é a “seleção de parcela (amostra) a partir do todo (população) para o qual se desejam estender, em forma de generalizações, os resultados da investigação”. No caso específico desta pesquisa, a população definida são os arquivistas sócios da AARS.

Sequencialmente foram definidos o objetivo e metas propostas e, também, a formulação do problema, que Gressler (2004) considera um questionamento que demanda uma resposta.

Como a proposta da pesquisa é o mercado de trabalho dos sócios arquivistas da AARS, foi realizado, inicialmente o levantamento bibliográfico sobre o tema. Constataram-se poucas fontes disponíveis que tratassem sobre este assunto, por isso foi realizada uma entrevista informal com a Presidente da AARS, com o intuito de reconstituir a história da Associação. Nesta entrevista, a Presidente da Associação informou a trajetória do vínculo com a AAB. A entrevistada relatou também, sobre a criação dos núcleos regionais da AAB e a extinção destes, bem como descreveu sobre o processo de formação da Associação atual, que já existe por 10 anos no RS. O estudo preliminar e a análise das fontes documentais contemplaram a verificação dos seguintes dados da Associação: o estatuto; as atas; identificação do mapa de associados; e a relação dos endereços eletrônicos atualizado dos associados.

Após, para a coleta de dados foi elaborado um questionário que os autores Cervo; Bervian (2002) consideram o método mais utilizado para a coleta de informações pertinentes à pesquisa, já que facilita a obtenção concreta de respostas. Por isso, foi elaborado um questionário estruturado (Apêndice A) com 23 perguntas, contemplando respectivamente, os



aspectos socioeconômicos; formação acadêmica e inserção no mercado de trabalho; participação como associado da AARS. Este instrumento foi elaborado com perguntas abertas e fechadas, o que permitiu à padronização de algumas questões, no caso as perguntas fechadas e, para outras, a obtenção de respostas mais abrangentes, ou seja, as perguntas abertas.

Após a elaboração do questionário foi enviado, em 09 de agosto de 2009, para Presidente da AARS e para a Coordenadora do Curso de Arquivologia, da UFSM para a realização da validação do instrumento. Então, o questionário foi validado pela Presidente, Arquivista Clara Marli Scherer Kurtz, em 13 de agosto de 2009 e, pela Coordenadora do Curso de Arquivologia da UFSM, Professora Denise Molon Castanho em 14 de agosto de 2009. Deste modo, realizou-se a verificação de coerência e de sustentabilidade metodológica da pesquisa.

No decorrer da aplicação dos instrumentos de pesquisa, identificou-se a necessidade de realização de outra entrevista, mas desta vez, elaborada de forma parcialmente estruturada, que segundo Gil (2002, p. 117) é “quando é guiada por relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo de seu curso”. Salienta-se que a necessidade de realizar uma nova entrevista ocorreu, visto que a publicação sobre o tema associativismo é escassa e, também, como forma de validar a pesquisa.

Na etapa seguinte foi iniciado o levantamento dos dados dos associados, através do questionário, para tanto a Presidente forneceu os *e-mails* de 123 associados que compõem o quadro associativo da entidade, integrado por arquivistas; estudantes de Arquivologia; Historiadores; professores Universitários de Cursos de Arquivologia e que possuem formação em outra área; algumas Instituições Públicas, dentre outros. Então, foram enviados os questionários pelo correio eletrônico para os endereços fornecidos, pois este recurso facilita e agiliza a comunicação. Nesta fase, foram oportunizados 41 dias para o envio das respostas, no período compreendido entre 03 de setembro a 13 de outubro de 2009. Dos 123 questionários encaminhados aos sócios, 39 *e-mails* não foram confirmados o envio, ou seja, não seguiram aos destinatários por falha de endereços eletrônicos equivocados. Talvez, a interrupção ocorreu devido a não atualização dos endereços dos associados junto a AARS.

Findado esta etapa, foram recebidas as respostas de 50 arquivistas, aos quais constituíram o *corpus* da pesquisa. Nesse sentido, é importante salientar que não participaram da proposta investigativa estudantes dos Cursos de Arquivologia, professores Universitários, sem formação em Arquivologia, instituições associadas junto a AARS, direcionando o foco central da pesquisa para graduados em Arquivologia.

Para a análise e interpretação dos dados coletados, especialmente, o questionário foi feita a codificação das respostas, tabulação dos dados e os cálculos estatísticos que, segundo Oliveira (2001), a utilização da percentagem serve para dar forma numérica às características qualitativas, reduzindo a distribuição por frequência e simplificando a comparação. Assim, utilizou-se a percentagem onde, as proporções foram multiplicadas por cem para realizar-se a análise e comparação dos resultados. No recebimento das informações, enumeraram-se os questionários por ordem numérica sequencial de 01 a 50 dentre os participantes, como forma de organizar as informações e facilitar a apresentação dos resultados obtidos.

Para facilitar a apresentação das informações obtidas, foram utilizadas tabelas do *Microsoft Word* e a elaboração de gráficos de superfície, no programa *Microsoft Office Excel*, pois Oliveira (2001), afirma que a utilização de gráficos auxilia na apresentação dos dados coletados, facilita a compreensão e interpretação dos dados obtidos.

## 5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O questionário foi enviado para o número total de membros, os 123 associados, uma vez que os dados fornecidos pela Associação foram os *emails*, não fornecendo distinção dentre os integrantes associados: estudantes, Arquivistas, Historiadores, professores Universitários ou Instituições associadas. Como resultado da coleta de dados, o retorno dos questionários respondidos por arquivistas foi de 50, o que corresponde a 40,65% do total de associados.

Neste capítulo serão apresentados os resultados encontrados, para isso, adotou-se a elaboração de gráficos e tabelas, com o intuito de facilitar a visualização e discussão do estudo.

### 5.1 Bloco aspectos socioeconômicos

Em conformidade com o primeiro bloco, com o objetivo de identificar as características socioeconômicas dos Arquivistas associados, foram submetidos a 5 questionamentos referentes à vida social dos mesmos.

Os resultados da pesquisa apontam que 42 arquivistas (84%) são do sexo feminino, enquanto que 8 (16%) pertencem ao sexo masculino (Figura 1 ).

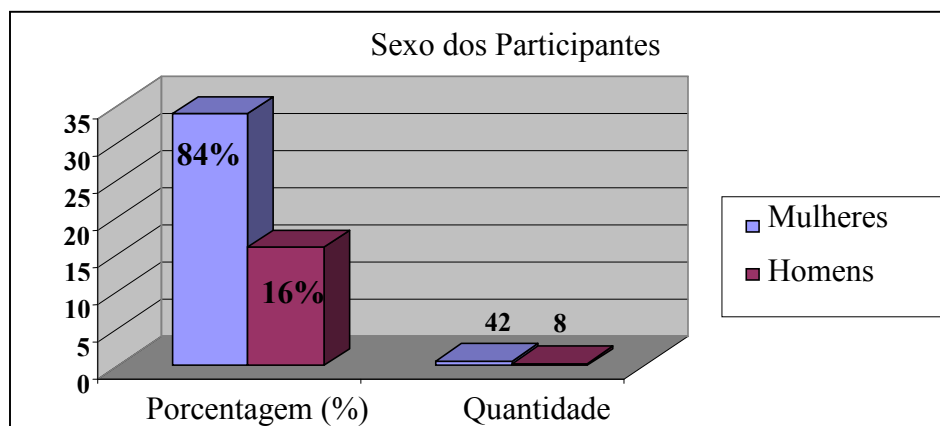
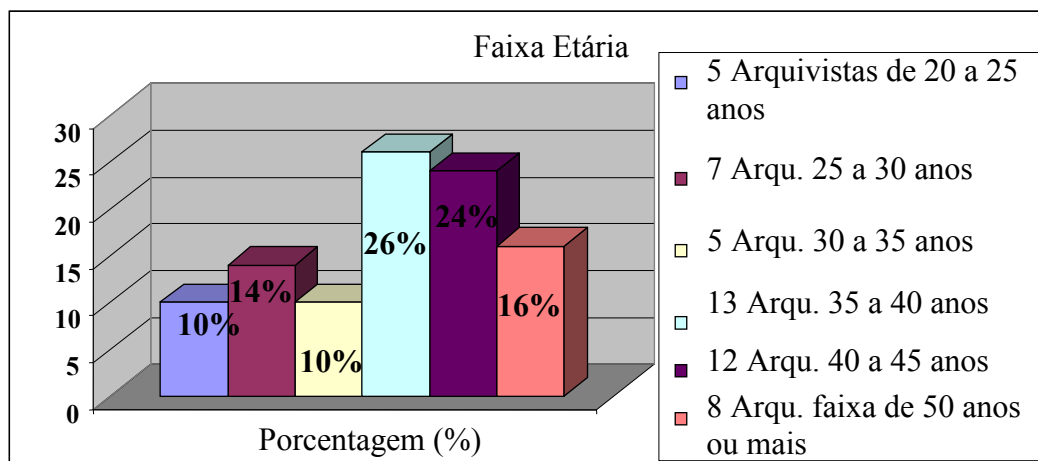


Figura 1 - Verificação do sexo dos participantes

Ao analisar as características referentes aos aspectos socioeconômicos dos arquivistas, percebe-se que a maioria é constituída por pessoas do sexo feminino. Este resultado corrobora

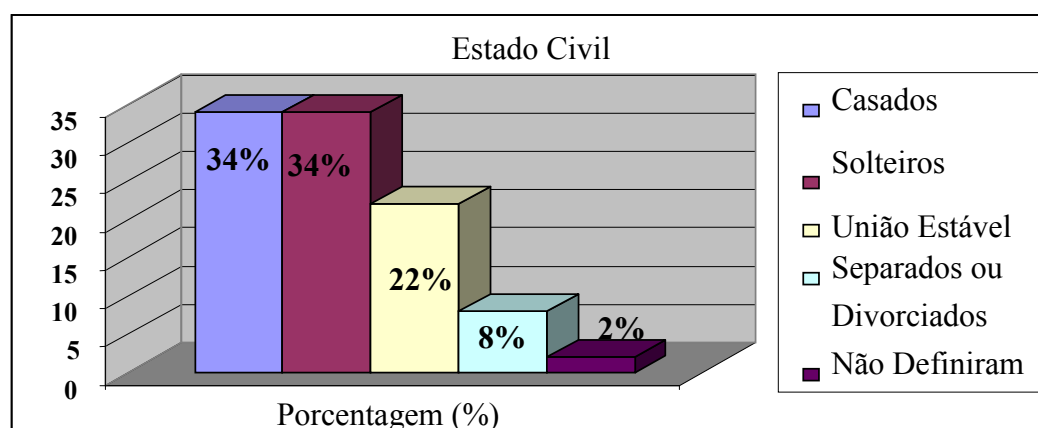
com a pesquisa realizada por Jardim e Fonseca (1995) cujo resultado apresenta a predominância de mulheres nos Cursos de Arquivologia.

Quanto à faixa etária, observa-se que 26% possuem entre 35 a 40 anos, seguidos por 24% que têm entre 40 a 45 anos de idade. Pode-se observar que 16% estão acima de 50 anos; os que possuem de 25 a 30 anos equivalem a 14%. Os arquivistas que possuem de 30 a 35 anos e os que estão na faixa etária de 30 a 35 anos correspondem 10% cada (Figura 2).



**Figura 2 – Faixa etária**

Em relação ao estado civil dos arquivistas, identificou-se que a maioria se equivale no quesito solteiro e casado, ou seja, 34%, afirmaram ser solteiros e 34% afirmaram ser casados. O restante da população compreende os que mantêm uma união estável (22%); divorciados (8%) ou que possuem outro estado civil (2%). A população de arquivista que respondeu possuir outro estado civil, não especificou qual seria esta modalidade (Figura 3).

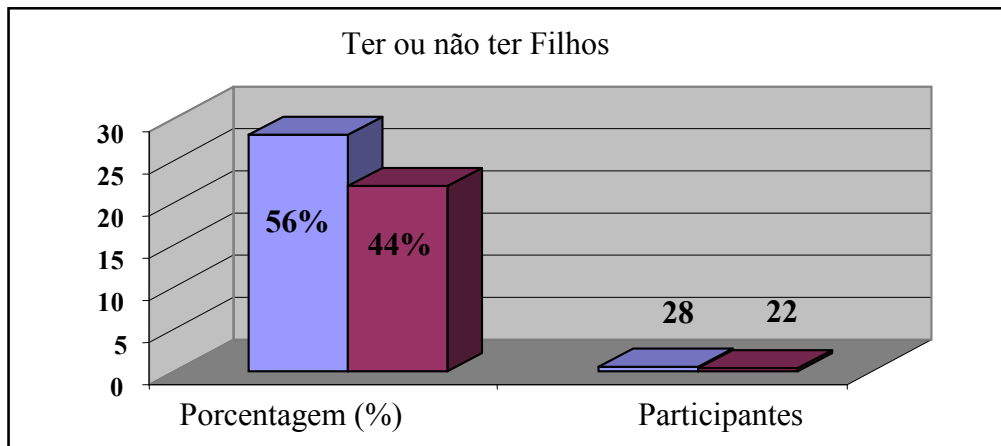


**Figura 3 – Estado civil**

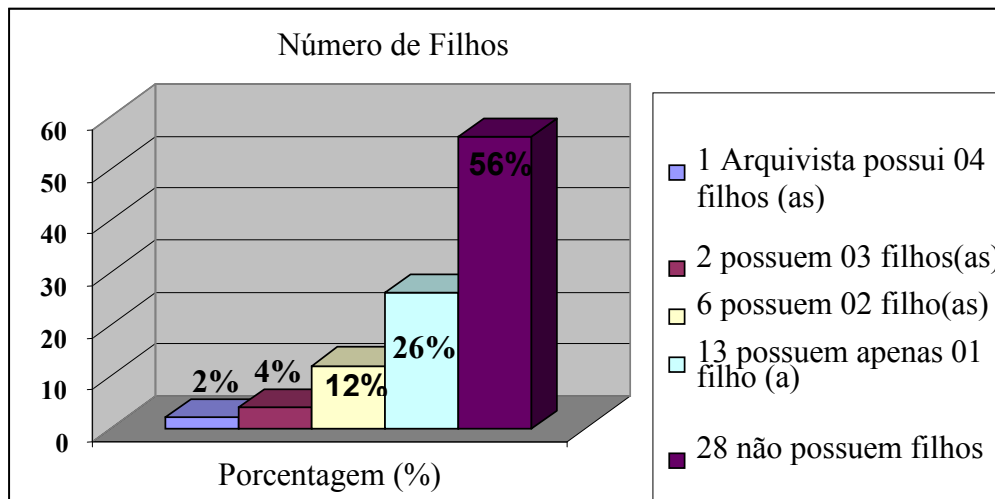
Quanto ao estado civil, há igualdade nos dados para solteiros e casados em que o percentual aponta mesmo número, que pode estar relacionado ao fato de que uma parcela

constitui-se de um público predominantemente maduro que justificaria o número de arquivistas casados e ainda os jovens que não desejaram estabelecer uma união; seguidos dos que mantêm uma união estável; os divorciados e os que possuem outro estado civil.

Quanto ao questionamento sobre filhos 56%, ou seja, a maioria dos arquivistas pesquisados afirmou que não possuem filhos, seguidos de 44% que possuem (Figura 4). No que se refere à quantidade de filhos, observou-se que 26% possuem apenas um filho; seguidos de 12% que possuem 02 filhos; 4% que possuem 03 filhos e 2% que possui 04 filhos (Figura 5).



**Figura 4 – Ter ou não filhos**

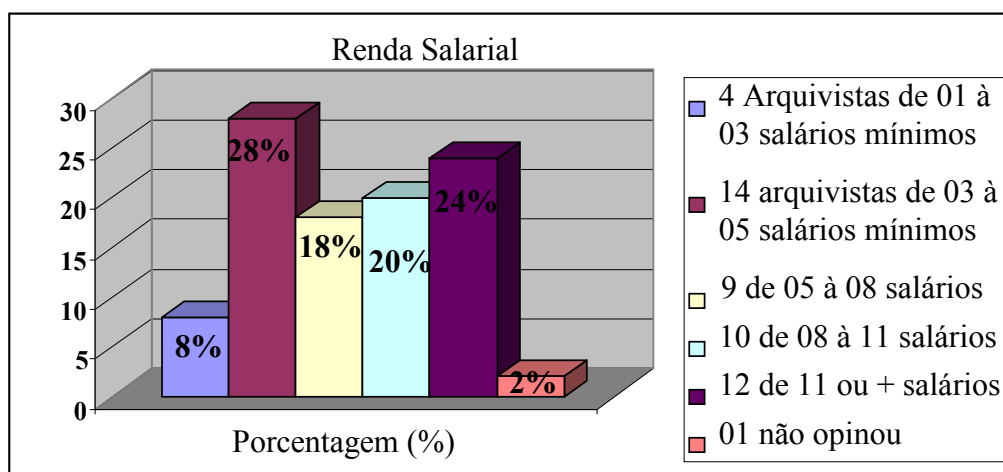


**Figura 5 – Número de filhos**

A pergunta referente ao número de filhos foi relevante para que se identificassem as mudanças ocorridas no mercado do trabalho, em especial, se afetou a relação familiar, já que a grande maioria de mulheres necessita estarem inseridas numa atividade produtiva

remunerada, visando à sobrevivência e melhoria das condições de vida. Verificou-se que, a maioria dos Arquivistas associados não possui filhos, sendo que este dado não é fator relevante para a busca pelo aperfeiçoamento, ou seja, ter ou não filhos não interfere na carreira arquivística.

Com relação à renda salarial, constatou-se que 28% dos arquivistas têm renda de 03 a 05 salários mínimos; 24% dos entrevistados possuem renda superior a 11 salários mínimos; seguidos de 20% que recebem de 8 a 11 salários mínimos; 18% que têm renda de 05 a 08 salários mínimos; 8% que têm renda de 01 a 03 salários mínimos e 01 dos entrevistados que não possui renda, pois está desempregada, representando assim 2%. (Figura 6).



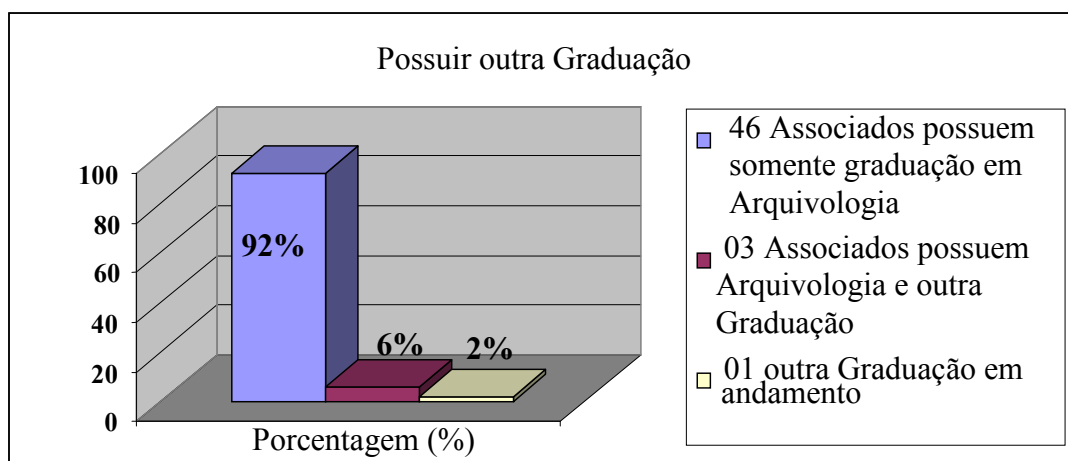
**Figura 6 – Renda salarial**

No que se refere ao questionamento renda salarial, percebe-se que a maioria dos arquivistas estão empregados em instituições públicas. Constata-se pelas faixas salariais informadas que, para a realidade salarial do Brasil, os arquivistas recebem salários dignos. Conforme Antunes (2001, p. 102), “os serviços públicos são o elemento vivo do processo de valorização do capital e de criação de mais-valia”. Pelas palavras do autor, os funcionários públicos ainda são a classe de trabalhadores melhores remunerados, ao ser comparado as demais classes. Além disso, no que tange à faixa etária, identificou-se que os arquivistas que possuem idade acima de 40 anos recebem remuneração superior, em comparação com os mais novos. Porém, este fato é presumível em razão do tempo de serviço e das vantagens e promoções adquiridas no decurso da carreira profissional.

## **5.2 Bloco formação acadêmica e inserção no mercado de trabalho**

Com o objetivo de identificar em que instituição o arquivista associado atua; este bloco trata, inicialmente, da formação acadêmica, tanto nos cursos de graduação como de pós-graduação e se os arquivistas recebem apoio para o aperfeiçoamento. Na sequência foi abordada a questão referente à subsequente inserção no mercado de trabalho, para tanto foi verificado questionamentos sobre a instituição empregadora de modo geral, e por fim, dados complementares, como por exemplo, se possuem registro na Delegacia Regional do trabalho (DRT).

No total, os associados foram submetidos a 11 questionamentos, sendo que se referem a possuir outra graduação, os resultados da pesquisa demonstraram que 92% destes profissionais não ingressaram em nenhum outro curso; enquanto que 6% afirmaram possuir outra graduação; seguido de 2% que está cursando outra graduação. Dos associados que informaram possuir outra graduação 01 dos arquivistas possui a formação em Administração; 01 possui História; 01 em Letras e, o que está em andamento, está realizando a graduação em História. (Figura 7).



**Figura 7 – Possuir outra graduação**

No que contempla à busca por outra formação, constatou-se que alguns dos Arquivistas sentem a necessidade de complementar seus conhecimentos arquivísticos em outras áreas afins. Segundo Castanho; Richter; Garcia (2002), a formação do profissional arquivista é generalista e pautada numa construção interdisciplinar com outras, com a finalidade de preparar um arquivista apto para estabelecer uma interrelação com a sociedade.

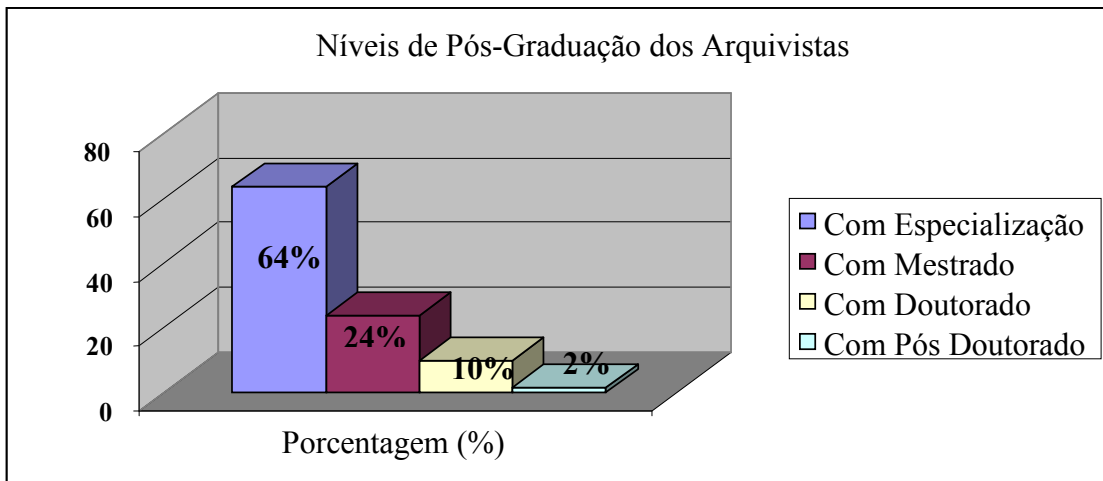
Quanto ao questionamento sobre a realização de cursos de pós-graduação, para a qualificação e aperfeiçoamento em seu trabalho, constatou-se que somente doze (12) dos 50 arquivistas entrevistados possuem somente a graduação, sendo que os demais já possuem ou

estão cursando cursos de pós-graduação. Os resultados apontam a Especialização como sendo a área de maior preferência, com 60%. Em segundo lugar, aparece o Mestrado, com 28%; seguido do nível de Doutorado, com 10% e por último o nível de Pós Doutorado, com 2% da preferência dos Arquivistas (Figura 8 e Figura 9). Salienta-se que nesta questão foi possível marcar mais de uma opção, por isso para melhor compreensão dos dados coletados, apresenta-se na tabela os resultados encontrados nesta pesquisa (Tabela 1).

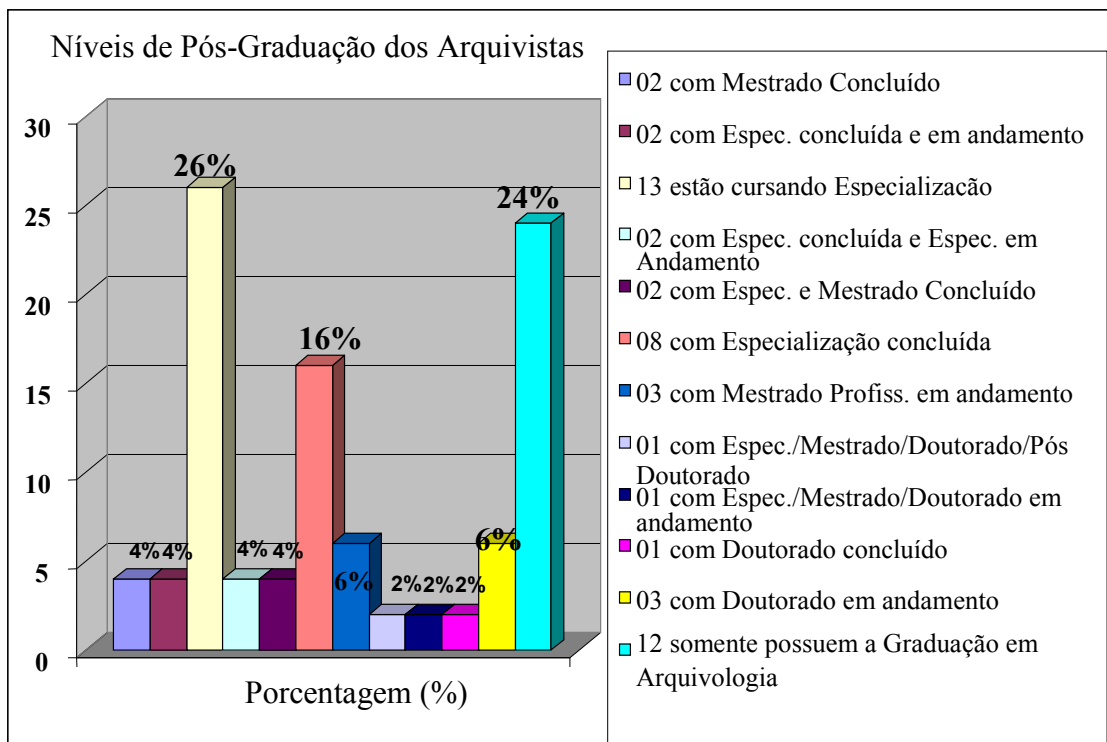
**Tabela 1 - Níveis de Pós-graduação dos Arquivistas**

<i>Cursos de Pós-graduação</i>	<i>população</i>	<i>porcentagem</i>	<i>Em andamento</i>
Graduação (somente)	12	24%	
Especialização (concluído)	2	4%	Mestrado
Especialização (concluído)	2	4%	Especialização
Especialização (concluído)	8	16%	
Especialização (concluído)	1	2%	Mestrado Profissionalizante
Especialização, Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado (concluídos)	1	2%	
Especialização e Mestrado (concluídos)	1	2%	Doutorado
Especialização (andamento)	13	26%	
Especialização e Mestrado (concluído)	2	4%	
Mestrado (concluído)	2	4%	
Mestrado Profissionalizante (andamento)	3	6%	
Doutorado (concluído)	1	2%	
Doutorado (andamento)	2	4%	
<b>Total</b>	<b>50</b>	<b>100%</b>	





**Figura 8 – Níveis de pós-graduação dos arquivistas**

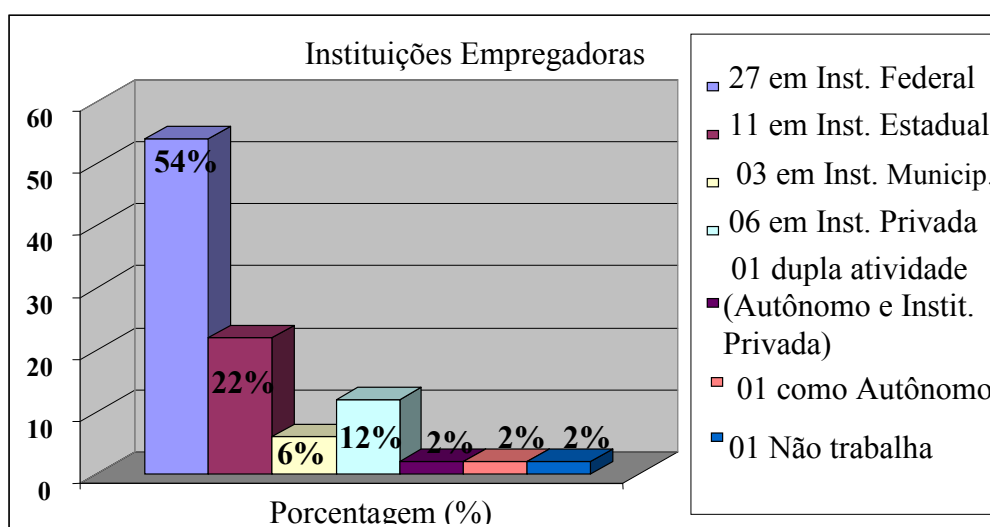


**Figura 9 – Níveis de pós-graduação dos arquivistas**

A busca constante pelo conhecimento é enfatizada por Sousa (1999, p. 170) afirmando que “a formação deve ter um compromisso com a construção do conhecimento” e que, mais precisamente, a formação profissional deve estar ligada a aspectos como agir, pensar, refletir, inovar e recriar. Com base nesta afirmativa, a análise referente à formação demonstra que os

Arquivistas buscam o aperfeiçoamento para melhor exercer sua profissão. Aliás, a continuidade no ensinamento de um profissional de arquivo é uma questão que Jardim (1999, p. 96) ressalta bem afirmando que “o ensino de pós-graduação – território privilegiado da pesquisa – é, portanto, um espaço fundamental para o arquivista como produtor do conhecimento”. Entende-se a partir disso que, a busca pelo aperfeiçoamento em cursos de pós-graduação demonstra a preocupação dos arquivistas em buscar qualificação, produzindo novos conhecimentos em benefício da arquivística.

Quanto ao questionamento sobre a instituição empregadora, verificou-se que a Instituição Federal é a maior empregadora, onde estão inseridos 54% dos profissionais; seguidos de 22% no nível estadual; 12% na empresa privada; 6% no municipal; 2% como autônomo; 2% não trabalham; 2% autônomo e privada. Neste último item (autônomo e privado), identificou-se que o Arquivista tem atribuição como docente e diretor (a) de sua própria empresa (Figura10).

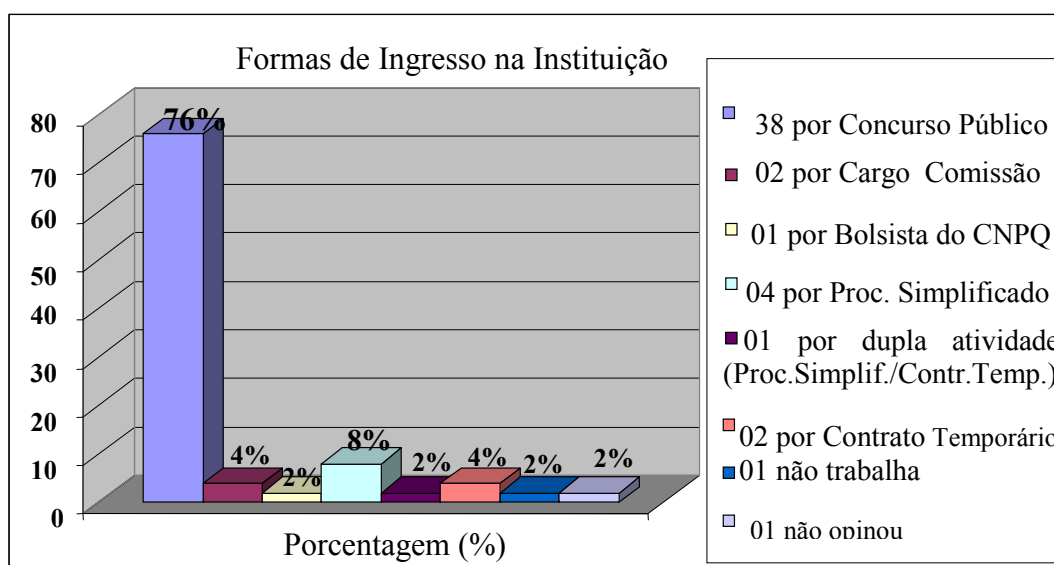


**Figura 10 – Instituições empregadoras**

Outro aspecto observado foi à forma de ingresso na instituição, sendo que na grande maioria ocorreu por meio de concurso, abrangendo 38 arquivistas (76%) integrantes das esferas federal, estadual e municipal. Estes associados que ingressaram pela modalidade concurso público, são regidos pelo regime de trabalho estatutário. Os demais associados ingressaram nas seguintes modalidades: 02 arquivistas (4%) foram admitidos através de Cargos em Comissão (regime especial); 01 arquivista (2%) por meio de bolsa (Bolsa Exp =CNPQ); 04 arquivistas (8%) ingressaram por Processo Simplificado; 01 arquivista (2%) tem

dupla atividade, ou seja, processo simplificado/análise de currículo e contrato temporário; 02 (4%) possuem contrato temporário; 01 (2%) não trabalha); 01 (2%) não opinou, ou seja, deixou a alternativa em branco (Figura 11).

Realizando-se o cruzamento dos dados coletados no que diz respeito à Inserção dos Arquivistas no mercado de trabalho em Instituições Públicas e Privadas x Título, constatou-se que a conquista da empregabilidade exigiu que os Arquivistas desenvolvessem habilidades e competências. Neste sentido, um dos critérios para uma prática profissional ser aceita socialmente é o profissional possuir um conhecimento especializado adequando-se às exigências que a sociedade espera deste profissional. Verificou-se que do universo pesquisado, somente 01 arquivista (2%) não trabalha no momento, enquanto que 41 arquivistas (82%) estão atuando em Instituições Públicas e 08 arquivistas (16%) na Privada. Mas, atualmente, o governo federal está promovendo a abertura de concursos públicos para contratação de profissionais Arquivistas, o que irá favorecer ainda mais a inserção destes profissionais no mercado de trabalho. Percebeu-se, no entanto que o conhecimento especializado, as determinações legais existentes, especialmente, as que enfatizam a proteção ao patrimônio documental, entre outras ações, estão incentivando a promoção da ocupação de profissionais arquivistas, elevando assim, posto desta profissão.



**Figura 11 – Formas de Ingresso na Instituição**

Conforme Fonseca (1999, p.1) “o interesse do Estado brasileiro marca decisivamente a formatação dos cursos de Arquivologia nas universidades, cujo currículo mínimo privilegia a formação de um profissional voltado para o exercício dentro da administração pública”. Esta premissa manifesta-se nesta pesquisa como verdadeira tendo em vista que a instituição que

mais emprega é a Pública. Percebeu-se que no nível federal, estadual e municipal estão inseridos 82% dos Arquivistas, sendo que a forma de ingresso se dá na grande maioria por concurso. Ao solicitar informações sobre a categoria funcional as quais pertencem, constataram-se os seguintes resultados apresentados na ilustração (Figura 12) e na tabela (Tabela 02).

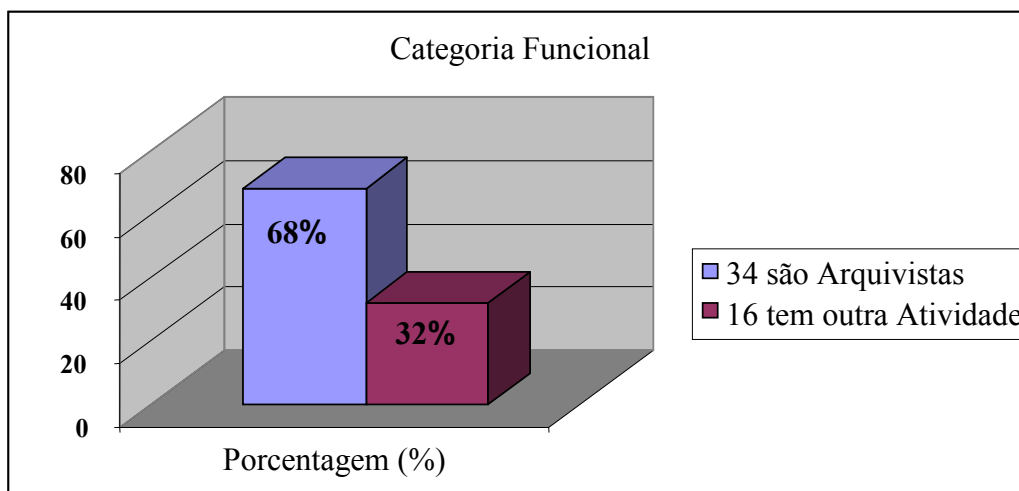


Figura 12 – Categoria Funcional

Tabela 2 – Categoria Funcional

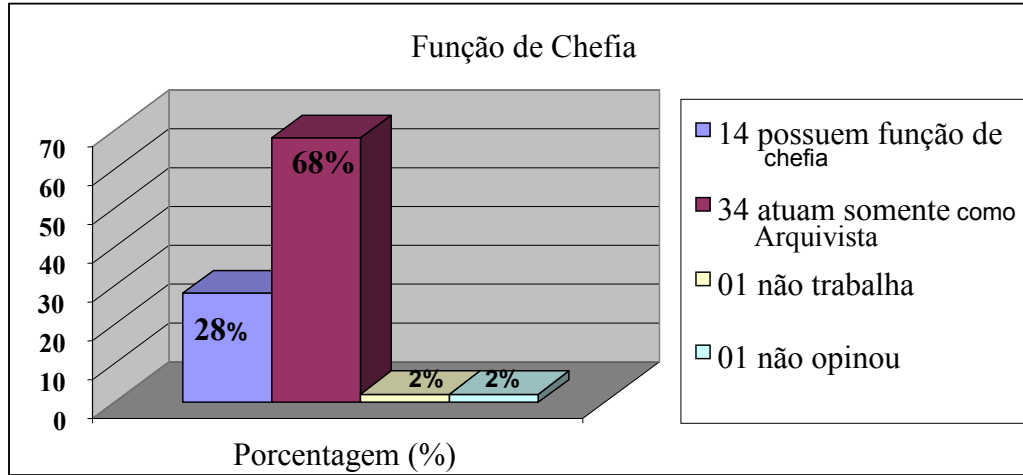
<i>Categoria funcional</i>	<i>quantidade</i>	<i>porcentagem</i>	<i>Observação</i>
Agente Administrativo	1	2 %	
Arquivista (bolsista CNPq)	1	2 %	
Auxiliar Administrativo	1	2%	
Docentes de Universidades Federais	7	14%	UFRGS (1), FURG (1) e UFSM (5)
Não Trabalha	1	2%	
Professor Aposentado	1	2%	
Professor Rede Privada	1	2%	
Professor Rede Privada e Arquivista (dupla atividade)	1	2%	
Técnico Administrativo	1	2%	
Técnico Judiciário	1	2%	
Total categoria funcional	16	32%	
Total de Arquivistas	34	68%	
<b>Total</b>	<b>50</b>	<b>100%</b>	

Os resultados demonstram no que diz respeito à Chefia x Título, que somente 14 (28%) dos Arquivistas possuem função de chefia e que a maioria destes exercem esta função nas Instituições Públicas. Além disso, verificou-se que estes chefes possuem Especialização em nível de Mestrado e/ou Doutorado. Conforme enfatiza Faria (2005) os avanços tecnológicos exigiram transformações na gestão do conhecimento e no aprendizado individual e coletivo e impulsionou os profissionais à busca pelo aperfeiçoamento de forma que estes saibam identificar, solucionar e avaliar os desafios impostos apresentando soluções para as organizações na qual atuam. Assim, os Arquivistas por necessidade do mercado de trabalho e/ou da evolução tecnológica, procuram o aperfeiçoamento e o aprimoramento e são valorizados pelas instituições. Estes recebem incentivo o que favorece a promoção da eficiência no setor público. As ações promovidas pelas chefias de maneira sistematizada, estimulam à realização dos objetivos propostos favorecendo a integração e as relações humanas da equipe. Neste sentido, o responsável pelo arquivo, independente do cargo que ocupe, deverá ser um líder com habilidades de gerenciamento e domínio de oratória, a fim de implementar as ações a ser seguidas por sua equipe de trabalho.

Quanto ao cruzamento dos dados Salário x Título dos Arquivistas associados, constatou-se que 12 arquivistas (24%) recebem de onze ou mais salários mínimos o que comprova que as instituições públicas valorizam o aperfeiçoamento do quadro de pessoal, através de um Plano de Carreira. Por isso, incentiva a qualificação e concede percentuais de gratificação a serem incorporados nos vencimentos dos profissionais, servindo como um estímulo para a continuação no aperfeiçoamento profissional. Assim, todos os conhecimentos adquiridos no decurso de uma vivência social, educacional e profissional são importantes para o desenvolvimento profissional e podem favorecer a atualização e continuação dos estudos após a formação acadêmica, propiciando o aprimoramento da educação e da aprendizagem dos profissionais e o reconhecimento para a conquista de melhores salários.

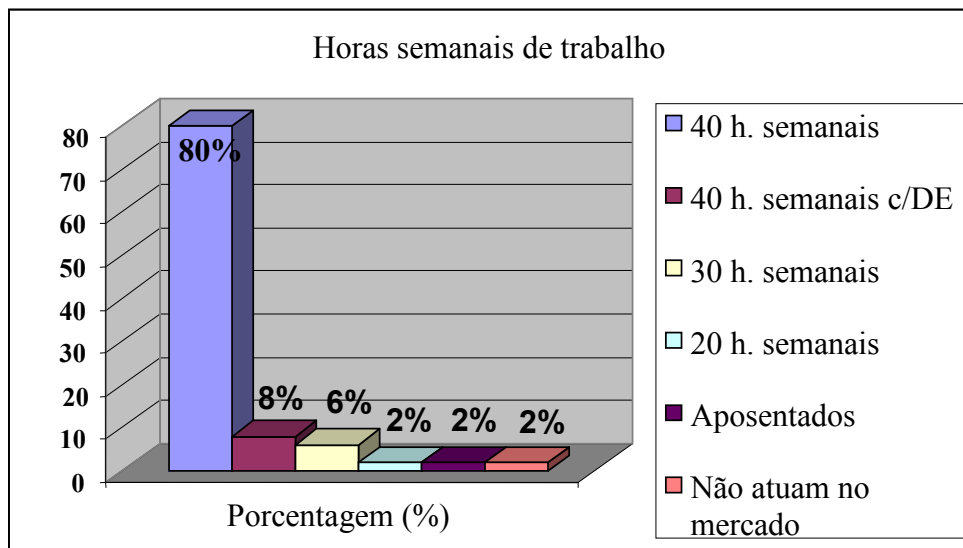
Ao serem questionados se exercem função de chefia de setor/departamento/coordenação, constatou-se que 66% não ocupam funções de chefia; seguidos de 28% que ocupam. Dos 50 Arquivistas entrevistados, 2% não trabalham; 4% não opinaram qual seria a função de chefia. Dentre as funções de chefia foram especificadas as seguintes: 03 são Diretores(as); 02 ocupam funções de chefia na área de conservação/preservação de documentos; 02 ocupam a função de chefe de departamento e/ou divisão; 01 é Vice Coordenador(a) do Curso Superior e Vice Coordenador (a) de Mestrado Profissional; 02 ocupam funções de chefe do Núcleo de Documentação e Informação; 02 ocupam chefias de Coordenação e/ou Supervisão de Seção; 02 são Coordenadores(as) de

Arquivo; 01 não opinou, visto que não trabalha; 01 é sócia gerente de sua Empresa (Autônoma); 01 não especificou (não opinou) qual a chefia que exerce (Figura 13).



**Figura 13 – Função de chefia**

Os arquivistas foram questionados sobre a carga horária semanal, sendo que as respostas apontadas demonstram que 80% destes cumprem 40 horas semanais; 8% cumprem 40 horas com DE; 6% trabalham 30 horas semanais; 2% trabalham 20 horas semanais; 2% estão aposentados e 2% não atuam no mercado de trabalho em nenhuma área. (Figura 14).

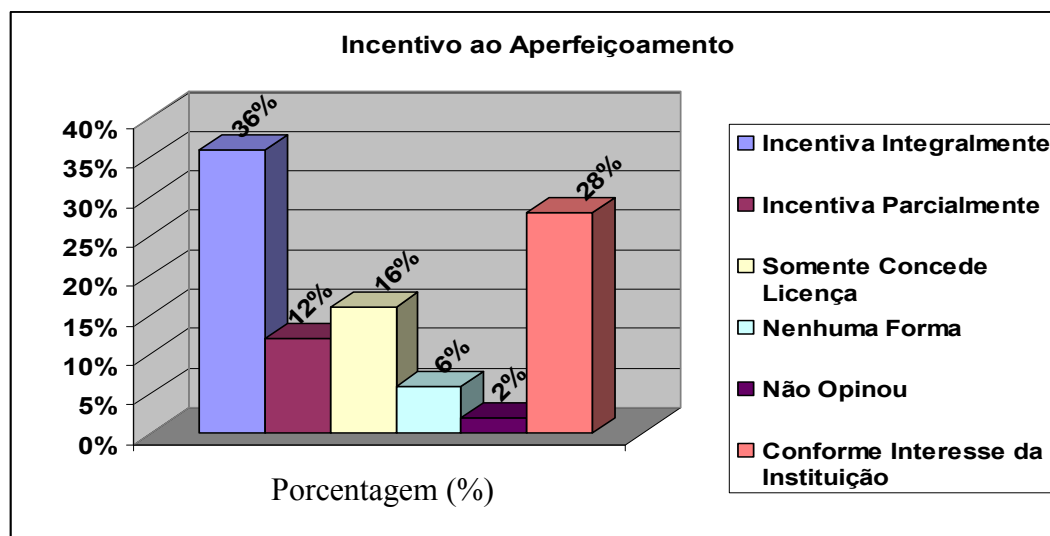


**Figura 14 - Horas semanais de trabalho**

Ao ser solicitado informar se possuem registro na Delegacia Regional do Trabalho (DRT), 41 arquivistas informaram possuir o registro, representando 82%; 09 informaram não possuir e representam 18%. Quanto ao questionamento sobre o ano de registro, os

entrevistados informaram datas diversas, compreendendo o período entre 1981 a 2009. A justificativa sobre o porquê de não ter o devido registro foram as seguintes: 03 informaram não saber que isso era necessário; 01 alegou a greve na época e que após esqueceu-se de procurar a Delegacia do Trabalho; 03 afirmaram que não sentiram necessidade de possuir o registro; 01 afirmou ser Docente e não haver esta exigência; 01 formou-se recentemente e ainda não encaminhou e os demais não justificaram.

Na questão referente às informações obtidas sobre o incentivo, concessão de licenças e subsídio de custos por parte das Instituições para o aperfeiçoamento dos profissionais 36% (18) informaram que a Instituição incentiva, concede licença, subsidia os custos de inscrição, transporte e hospedagem para participar dos eventos arquivísticos; 28% (14) responderam que a Instituição somente subsidia os custos quando os eventos são da área de interesse da Instituição e que tenha relação com as atividades desenvolvidas; 16% (08) opinaram que a Instituição concede licença, mas não subsidia os custos; 12% (06) responderam que a Instituição incentiva o aperfeiçoamento, concede licença e subsidia parte dos custos; 6% (03) apresentaram que a Instituição não incentiva de nenhuma forma; 2% (01) não opinou, apresentando a justificativa de não atuar como Arquivista, pois é recém formado. (Figura 15)



**Figura 15 - Incentivo ao aperfeiçoamento**

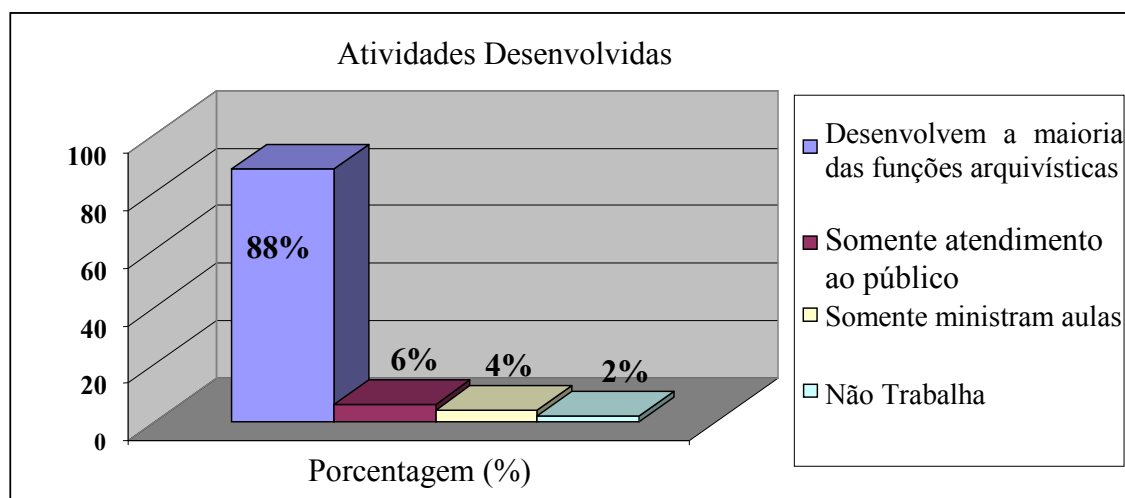
Sobre as atividades e funções arquivísticas que desenvolvem no exercício de suas atividades, o questionário contemplou a possibilidade de marcar mais de uma opção, fato que foi constatado, já que a grande maioria dos entrevistados assinalou mais de uma alternativa, que pode ser demonstrado na tabela abaixo com o número de respostas obtidas especificadas no instrumento de coleta de dados (Tabela 03).

Tabela 3 – Atividades desenvolvidas

<i>Atividades</i>	<i>quantidade</i>	<i>Observação</i>
Arranjo e classificação de documentos	34	
Atendimento ao público	34	3 marcaram somente esta alternativa
Avaliação de documentos	31	
Conservação de documentos	29	
Descrição de documentos	21	
Difusão de arquivos	25	
Digitalização de documentos	14	
Em branco	1	
Gerenciamento Eletrônico de Documentos	11	
Leitura Paleográfica	3	
Microfilmagem de documentos	3	
Ministra aulas	10	
Ministram cursos, oficinas, treinamento de pessoal, palestras	23	
Registro e controle de documentos	30	
Outra(s)	7	<ul style="list-style-type: none"> <li>- marketing aplicado aos arquivos;</li> <li>- planejamento, desenvolvimento de projetos e supervisão de equipe;</li> <li>- diagnóstico e implantação de sistema de arquivos;</li> <li>- lecionar diplomática e elaborar transcrições paleográficas;</li> <li>- atividades gerenciais e controle técnico;</li> <li>- gestão da instituição;</li> <li>- orientação/ acompanhamento das atividades arquivísticas.</li> </ul>

A informação relevante constatada foi que 03 arquivistas desenvolvem somente atividades de atendimento ao público, sendo que estes profissionais ingressaram por concurso público para o cargo de Arquivista em Instituições Públicas. Ressalta-se que 01 arquivista é do âmbito Federal; 01 do Estadual, e 01 do Municipal. Com relação à atividade ministram aulas, 02 dos entrevistados informaram que somente desenvolvem esta atividade (Figura 16).





**Figura 16 - Atividades e funções arquivísticas desenvolvidas**

Na análise dos resultados referente às funções arquivísticas que desenvolvem no exercício de suas atividades, percebeu-se que 88% dos arquivistas desenvolvem quase que a totalidade das atividades listadas neste questionamento, seguidos de 6% que somente realizam atendimento ao público; 4% somente ministram aulas e 2% que ainda não atuam na área. Entretanto, a maioria dos arquivistas ocupa nas instituições em que atuam o espaço de trabalho de acordo com as atribuições que compete à categoria dos arquivistas, assim estes são os responsáveis pela integridade física e intelectual dos documentos, classificando, avaliando e descrevendo os conjuntos documentais, respeitando os princípios da arquivística.

Os documentos demonstram os registros das funções, procedimentos, decisões e políticas adotadas no decurso das atividades de uma organização e servem como instrumento de apoio para a tomada de decisões. Logo, para possibilitar a continuidade das atividades de apoio, de proteção aos interesses sociais e coletivos da comunidade e organização a qual integram, os documentos devem ser confiáveis, autênticos, acessíveis e compreensíveis e para isso é necessário à implantação de políticas de gestão arquivística de documentos.

Com relação à avaliação, Bernardes (1998, p.14) “defende que a avaliação deve ser realizada no momento da produção, pois é uma forma do arquivista ter um controle imediato do que se produz num determinado momento na instituição”. A autora, também salienta a importância de se preservar o conjunto orgânico dos documentos, visto que o processo de avaliação não consiste em analisar individualmente os documentos. Convém ressaltar que, a peça documental destacada do conjunto de documentos aos quais pertence, pouco representa, pois se procedendo desta forma se retira dos documentos o poder de reproduzir o contexto

para os quais foram criados e/ou produzidos. Por isso, a avaliação deve ser criteriosa no seu desenvolvimento, com planos de trabalhos bem definidos, com procedimentos descritos em detalhes, para que o desenvolvimento seja reflexo do planejamento proposto para o tratamento documental.

Bellotto (2004) apresenta a difusão cultural sob o enfoque cultural, educativo e editorial. Neste sentido, quando perguntado se os arquivistas desenvolvem atividades de difusão de arquivos, obteve-se um resultado de 25 respostas para o desenvolvimento desta atividade. Percebeu-se com isso, que os arquivistas entrevistados realizam a difusão cultural e ministram cursos, oficinas, treinamento de pessoal, palestras divulgando o acervo das instituições em que atuam.

Em referência aos recursos tecnológicos, a pesquisa apontou que a utilização da microfilmagem e da digitalização dos documentos ainda é pouco empregada pelos profissionais entrevistados nas suas instituições.

Cruzando os dados da Atividade GED x Título constatou-se que o fator qualificação dos profissionais é importante para o desenvolvimento desta atividade, bem como se evidencia que a maioria das Instituições na qual se inserem os Arquivistas está aos poucos se preparando, buscando conhecimentos sobre esta nova forma de gerenciamento documental.

Segundo Flores (1998) um sistema de gestão de documentos eletrônicos (GED) favorece o estabelecimento de políticas arquivísticas e contempla a avaliação, produção, descrição, destinação e preservação de documentos eletrônicos. Neste sentido, compreende-se que alguns dos motivos de ainda não se fazer uso discriminado das tecnologias de gerenciamento eletrônico de documentos é a inconstância e a oposição a alguns princípios arquivísticos e a falta de confiabilidade que esse recurso oferece, deixando os arquivistas receosos na hora de adotar algum sistema. No entanto, os documentos eletrônicos vêm desencadeando um ascendente processo de desenvolvimento nos arquivos e centros de documentação, através de bases de dados, discos rígidos, trâmite de informações via Internet, dentre outros.

### **5.3 Bloco participação como associado da AARS**

Neste bloco, pretendeu-se investigar e analisar o envolvimento dos arquivistas no que se refere às atividades propostas pela AARS. Os entrevistados foram submetidos a 07 questionamentos. O primeiro questionamento aborda a questão da participação dos associados nas atividades propostas pela Associação, verificou-se que 24 % participam sempre; 72% participam às vezes; 2% nunca; 2% não opinou (Figura17).

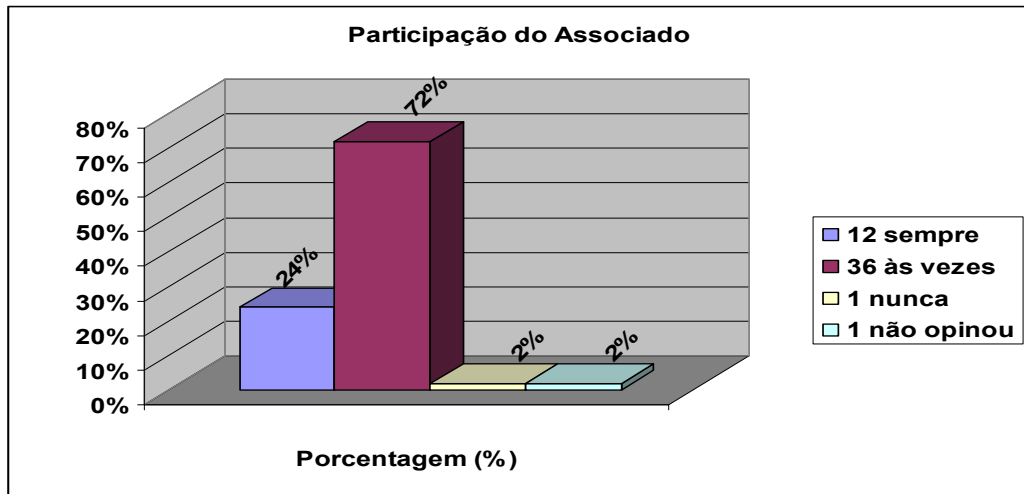


Figura 17 - Participação aos eventos promovidos pela AARS

Quanto à filiação em entidades representativas de classe, verificou-se que 98% dos arquivistas entrevistados acreditam ser importante a vinculação a um órgão de representação da categoria e 2% não acredita no vínculo a órgãos de representação (Figura 18). Nas justificativas apontadas, 49 arquivistas associados acreditam que o reconhecimento e fortalecimento da profissão podem ser conquistados pela inserção em órgãos de representação de classe e, somente 01 não acredita ser por este instrumento.

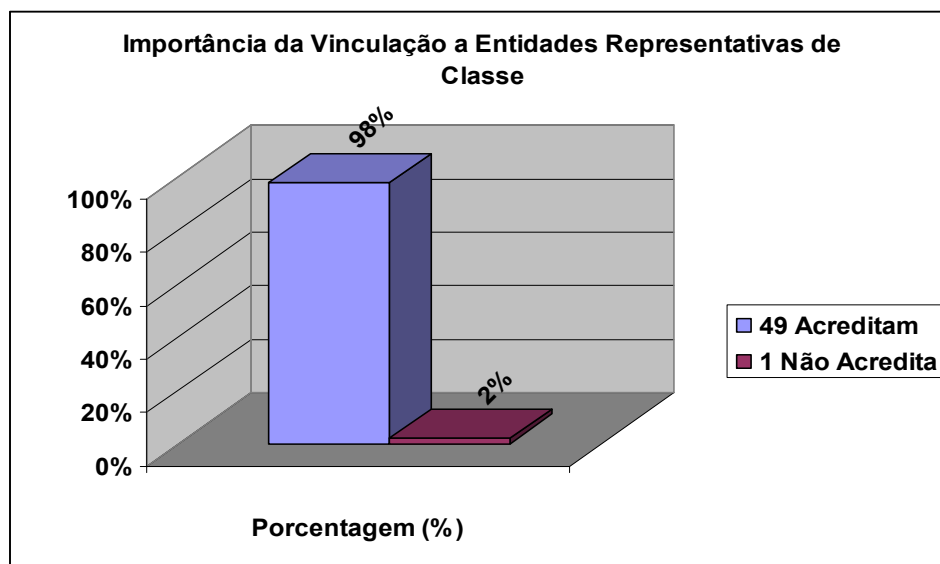
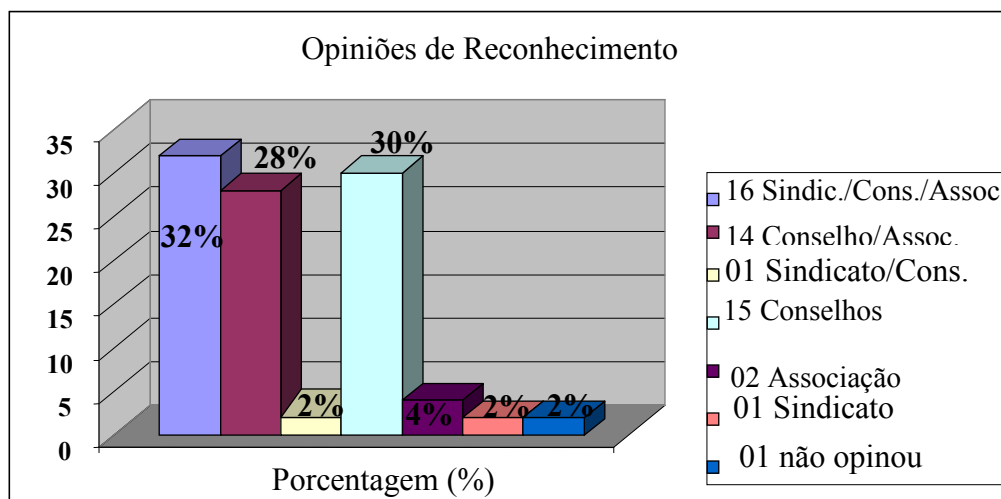


Figura 18 - Vinculação a entidades de classe

Ao ser questionado sobre as entidades que os associados acreditam que pode fortalecer o reconhecimento do Arquivista, foi possível assinalar mais de uma opção. O resultado

verificado foi o seguinte: 32% opinaram Sindicatos/ Conselhos/Associação; 30% responderam somente a opção Conselhos; 28% marcaram duas opções: Conselhos/Associação; 4% responderam à opção Associação; 2% optou por Sindicatos/Conselhos; 2% acredita ser pelo Sindicato e 2% não opinou (Figura 19).

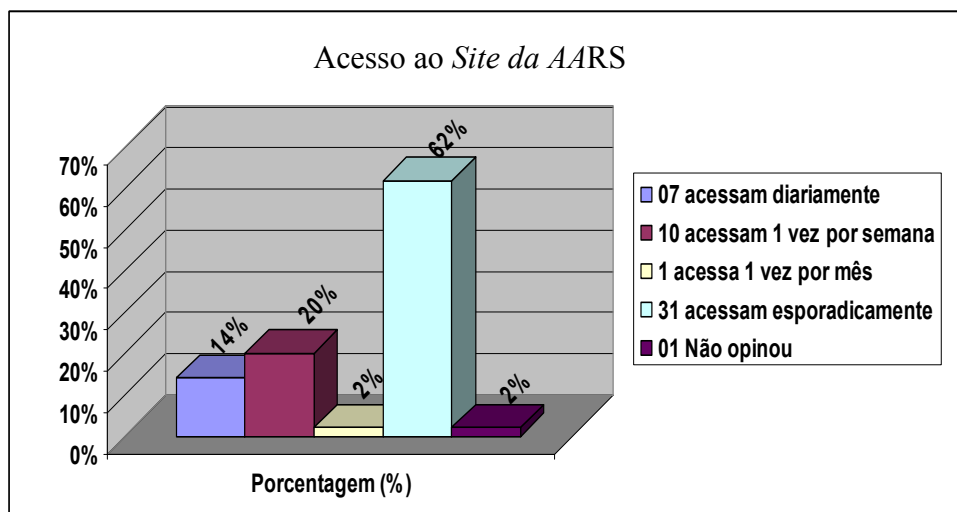


**Figura 19 - Entidades que podem fortalecer o reconhecimento do Arquivista**

Em relação a ser sócio da AARS, verificou-se que, a maioria dos arquivistas marcou como opção a adesão como associado desde sua formação como Arquivista, sendo que 78% responderam que foi por esta modalidade e 22% dos entrevistados informaram que foi quando estudantes tendo continuidade após a formatura. Mas, constatou-se pelas datas informadas o desconhecimento sobre a história da Associação atual, pois a maioria apresentou em suas respostas datas de ingresso na AARS anteriores da extinção dos núcleos regionais da AAB ocorridos em 1998 e, não posteriores ao da criação da AARS em 1999. As datas informadas compreendem o período entre 1978 a 1994. Dos 50 arquivistas entrevistados, 26 identificaram a data de ingresso, 03 marcaram que foi desde a fundação da AARS e os 21 restantes não identificaram no questionário a data que ingressaram como sócios.

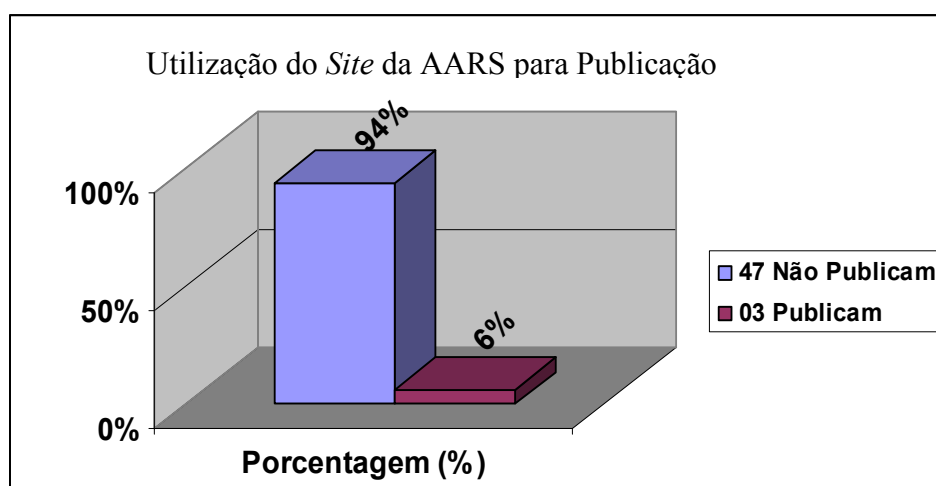
Quanto à conquista de espaço no mercado de trabalho por indicação ou busca no *site* da Associação, observou-se que somente 8% manifestaram ter conseguido inserção por este instrumento, e 92% não se utilizaram deste meio para inserir-se no mercado de trabalho.

Com relação ao hábito de acessar o *site* da AARS, 62% acessam esporadicamente; 14% visitam diariamente; seguidos de 20% que dizem acessar uma vez na semana; 2% uma vez ao mês; 2% não opinaram (Figura 20).



**Figura 20 - Hábito em acessar o site da AARS**

No que se refere à utilização do *site* como meio de publicação de trabalhos acadêmicos ou profissionais, 94% não faz uso deste recurso e 6% dos entrevistados informam que publicam seus trabalhos no *site* da Associação. Verificou-se que 01 dos entrevistados faz a administração do *site*, ou seja, é o responsável por publicar e divulgar as notícias e assuntos referentes à categoria dos Arquivistas; 01 manifestou publicar atividades desenvolvidas pela UFSM; 01 opinou que utiliza este recurso, mas não especificou de que forma (Figura 21).



**Figura 21 - Utilização do site da AARS para publicação**

No questionário, o espaço oportunizado para informações adicionais identificou que 82% dos arquivistas entenderam não ser necessário sugerir informações complementares que julgassem importantes ou que não foram contemplados na pesquisa. Porém, 18%

apresentaram informações complementares, na qual algumas destas sugestões ou considerações merecem destaques como relatadas a seguir pelos entrevistados:

- o de número 07 informou que “faltaram elementos no que se refere a identificar no questionário quais as Universidades que o Arquivista obteve a formação”;

- o de número 22 diz que “há falta de investimentos nos arquivos e profissionais de outras áreas ocupam a área do Arquivista e muitas instituições não contratam arquivistas tendo em seus quadros estagiários de outros cursos ou profissionais com formação em ensino médio”;

- o de número 34 afirmou que “o arquivista tem que se fazer útil ao mercado, conquistando o devido espaço”;

- o de número 42 manifestou que “a pesquisa deveria contemplar se o arquivista é ou único profissional que atua na Instituição e se conta com uma equipe para realizar as atividades da profissão”;

- o de número 47 sugeriu que “seria interessante haver algum tipo de publicação semestral com artigos nas áreas de atuação da Arquivologia, com comissão editorial que poderia ser uma revista eletrônica da AARS”.

Além disso, dois (02) arquivistas fizeram uso do espaço para adicionar informações a respeito de suas atividades. Inclusive, um destes apresentou sua trajetória profissional e o outro se utilizou do espaço para apresentar a retrospectiva como membro da Diretoria da Associação AARS.

Percebeu-se com os comentários apresentados que os Arquivistas associados expressaram suas opiniões, tanto no que se refere à visibilidade no mercado de trabalho quanto às sugestões para publicações de temas arquivísticos por parte da AARS. Isso reflete que a pesquisa atendeu aos objetivos propostos e propiciou uma melhor compreensão sobre a AARS e seus associados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise e discussão dos resultados possibilitaram apresentar as considerações finais, conforme os objetivos da pesquisa, que segundo Beilerrot (2001), pesquisar é estabelecer objetivos com clareza, apresentando resultados do que se verificou. A comunicação do pesquisador com o objeto investigado está sujeita ao debate e a crítica que pode ser realizada por outros pesquisadores, de modo a consolidar as descobertas ou a buscar novas fundamentações para contrapor às argumentações contrárias.

De acordo com as respostas à questão informações adicionais, ficou evidente que a pesquisa identificou de uma forma geral a realidade dos arquivistas associados da AARS. Isso demonstrou que a metodologia empregada, com os instrumentos utilizados na coleta de dados foi satisfatória. No entanto, levando-se em conta a possibilidade de futuras pesquisas dentro deste tema, sugere-se uma nova proposta de estudo que contemple o anseio por melhorias na interação com a Associação, conforme parecer de alguns associados salientado no questionário. Porém, o instrumento de coleta de dados deverá ser readequado conforme foco de interesse pelo pesquisador.

Por meio desta pesquisa, foi possível conhecer a realidade dos arquivistas associados da AARS, identificando, de um modo geral, as atividades desempenhadas pelos arquivistas e as respectivas funções arquivísticas que os mesmos exercem.

Percebeu-se ao longo da pesquisa que a maioria dos profissionais encontram-se atuando como Arquivistas e, além disso, recebem salários dignos que demonstra a valorização do seu trabalho. Constatou-se também que a maior instituição empregadora é a Pública na qual estão inseridos 82% dos arquivistas. Entretanto, foi possível identificar que três Arquivistas concursados não estão desenvolvendo as atividades e funções referentes à gestão documental. Estes profissionais realizam atendimento ao público, o que evidencia, provavelmente, o desconhecimento do principal papel destes profissionais para as Instituições em que atuam como Arquivistas. Neste contexto, reafirma-se que o arquivista é o profissional capaz de tratar a informação, contudo faz-se necessário ainda, uma maior divulgação da profissão arquivística, suas funções e atividades.

Com relação à participação como associado da AARS, observou-se que os associados acreditam na teoria de que a inserção em movimentos associativos favorece o reconhecimento

do profissional. Mas, quando perguntado se participam das atividades propostas pela Associação registrou-se o percentual de 72% de respostas para a alternativa “às vezes”, por isso, verificou-se que há necessidade de uma maior aproximação dos associados com a Associação.

Os associados investigados apresentaram justificativas para o não comprometimento para as atividades propostas da Associação, tais como: falta de recursos, pouco tempo e assuntos abordados pouco instigantes para área em que atuam nas suas instituições.

A maioria dos arquivistas não busca as oportunidades de trabalho e demais atividades promovidas pela associação, frequentemente no *site* da AARS, nem tampouco conhecem a metodologia para publicar os seus trabalhos. Porém, constatou-se que há interesse pela grande maioria dos associados à publicação de material arquivístico, mesmo desconhecendo as regras para a realização deste procedimento. Conforme consta no apêndice B, a Presidente da Associação afirma, na questão 7, que há este problema no que se refere ao método adequado para as publicações de trabalhos no site da Associação e que há a intenção por parte da Administração em resolver este procedimento.

No que se refere à criação de um Conselho da categoria de Arquivistas, constatou-se por parte dos investigados a vontade de que isso ocorra, pois a criação deste Conselho poderia trazer maior garantia de reconhecimento e de fiscalização do exercício profissional. Isso propiciaria maior respeito à Lei que Regulamenta a Profissão do Arquivista, tanto por parte das instituições, quanto à fiscalização das atividades exercidas pelo Arquivista, podendo responsabilizá-los quando não desempenham suas funções em observância à legislação.

Tendo em vista que os componentes-chaves da empregabilidade é possuir competência profissional, disposição para constante aprimoramento e ter capacidade empreendedora, verificou-se que, os Arquivistas estão buscando a atualização dos conhecimentos através da especialização, afim de permitir o desenvolvimento de habilidades profissionais. No entanto, percebeu-se que é o empregador quem estipula os propósitos de ação ou objetivos que a organização almeja alcançar. Assim, a organização na qual está vinculado o profissional também tem um papel importante para que o Arquivista se sinta estimulado ao aperfeiçoamento adequando-se às novas exigências do mercado de trabalho, visto que a vantagem competitiva de qualquer organização começa com as pessoas, sua disciplina, motivação, qualificação e participação.

É possível concluir que há o reconhecimento da profissão, pois a maioria dos profissionais da AARS está desempenhando nas Instituições em que trabalham a função de arquivista ou atuam como professores de ensino superior, em cursos de Arquivologia no



estado do Rio Grande do Sul. Além disso, estes profissionais recebem salários dignos, demonstrando assim, a valorização do seu trabalho.

Ao finalizar o estudo é relevante registrar as dificuldades enfrentadas na busca por pesquisas sobre o mercado de trabalho de arquivistas no RS, bem como de se encontrar publicações sobre o tema associativismo, abordando especificamente associações de classe. Sugere-se, ainda, que por meio desta pesquisa surjam novas investigações acerca do fortalecimento do associativismo e da inserção do Arquivista, conquistando cada vez mais o espaço no gerenciamento das informações.

## REFERÊNCIAS

ALBERCH FUGUERAS, Ramón, CRUZ MUNDET, José Ramón. **Archívese!** Los documentos del poder, el poder de los documentos. Madrid: Alianza Editorial, 1999. 202 p. (El libro de bolsillo)

ANTUNES, Ricardo L. C. **O que é Sindicalismo**. 1. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1986, 95 p.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 4. ed. São Paulo: Boitempo, 2001. 258 p

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232 p

ARQUIVO & ADMINISTRAÇÃO. Associação dos Arquivistas Brasileiros. Ano 1. Rio de Janeiro: AAB, 1972. 67 p.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **A participação da AARGS no movimento associativo e pelo reconhecimento do arquivista, no Brasil**. Disponível em: <http://www.aargs.com.br/index.php?id=32&op=428> Acesso em 03 ago. 2009

\_\_\_\_\_. **Ata nº 19/98**, de 6 de agosto de 1998a.

\_\_\_\_\_. **Relatório de atividades do Núcleo AAB-RS e inventário dos bens patrimoniais**. Setembro 1998b.

BEILERROT, J. A. **A pesquisa**: um esboço de análise. In: ANDRÉ, M. (Org.). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. 2. ed. Campinas, 2001

BELLOTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes**. Tratamento documental. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

\_\_\_\_\_. **Os desafios da formação profissional dos modernos arquivistas**. In: Cenário Arquivístico. ABARQ. Brasília, v. 1, p. 47-52, jan./jun. de 2002.

BERNARDES, Ieda Pimenta. **Como avaliar documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 1998. (Coleção Como fazer, 1)  
BRASIL. Consolidação das Leis do Trabalho, Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Rio de Janeiro: Presidente da República, 1943.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 82.590, de 06 de novembro de 1978. Regulamenta a Lei 6.546, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e Técnico de Arquivo. Brasília, DF, 1978.

\_\_\_\_\_. Leis. Lei de Diretrizes e Bases curriculares da Educação. Rio de Janeiro: Casa Editorial Pargos, 1996.

CASTANHO, Denise M.; RICHTER, Eneida I. S.; GARCIA, Olga M. C. **Curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria: 25 anos de história. 1977 – 2002**. Santa Maria: UFSM, Centro de Ciências Sociais e Humanas, 2002.

CASTRO, Ástrea de Moraes e; CASTRO, Andresa de Moraes e; GASPARIAN, Danuza de Moraes e Castro. **Arquivística= Técnica; Arquivologia=Ciência**. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1988. 69 p.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo: Printice Hall, 2002.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. (Brasil). Resolução n. 28, de 13 de maio de 1974. Fixa os mínimos de conteúdo e a duração do Curso de Arquivologia. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 27 maio 1974. Disponível em: <<http://www.prolei.inep.gov.br/exibir.do?URI=http%3A%2F%2Fwww.ufsm.br%2Fcpd%2FInep%2Fprolei%2FDocumento%2F-4178662258408247148>> Acesso em 13 ago. 2009.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). Câmara de Educação Superior. Parecer n. 492 de 03 de abril de 2001. Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 09 de julho de 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>> Acesso em: 14 ago. 2009.

\_\_\_\_\_. Câmara de Educação Superior. Resolução n. 20 de 13 de março de 2002. Estabelece as diretrizes curriculares para o Curso de Arquivologia. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 9 de abril de 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES202002.pdf>> Acesso em: 14 ago. 2009

\_\_\_\_\_. Conselho Pleno. Resolução n. 3 de 18 de dezembro de 2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 2002. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/semtec/educprof/>>. Acesso em: 28 ago. 2009.

COOK, Michael. **Directrices para la preparación de programas de estudios sobre la gestión de documentos y la administración de archivos modernos: un estudio del Ramp**. Paris: Unesco, 1982.

COSTA, Larissa Cândida. **Entre a formação e o Trabalho: o arquivista diante das novas demandas sociais e organizacionais em matéria de informação**. Brasília, 2008. Disponível em: <[http://bdtd.bce.unb.br/tesdesimplificado/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=3308](http://bdtd.bce.unb.br/tesdesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3308)>. Acesso em 03 jun. 2009.

COUTURE, Carol; ROUSSEAU, Jean-Yves. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998. 356p.

COUTURE, Carol; MARTINEAU, Jocelyne; DUCHARME, Daniel. **A formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo**. Finatec. Brasília, 1999.

CRUZ MUNDET, J. R. **Manual de Archivística**. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 2001.

DURANTI, Luciana. **Registros Documentais Contemporâneos como prova de ação**. Trad. Adelina Novaes e Cruz. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.7, n.13, 1994, p.49-64. Disponível em <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/134.pdf>>. Acesso em 12 jun. 2009.

ESPOSEL, José Pedro. **Arquivos: uma questão de ordem**. Niterói: Muiraquitã.1994. 229 p.

FARIA, Sueli; et al. **Competências do profissional da informação: uma reflexão a partir da Classificação Brasileira de Ocupações**. Revista Ciência da Informação, Brasília v.34, n.2, p.1-12, maio./ago.2005.

FARIA, Wilder da Silva. **Os trabalhos de conclusão de curso como espaço de (re) produção de conhecimento arquivístico**. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) – Curso de Arquivologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2004. p. 26.

FONSECA, Maria O. **Formação e capacitação profissional e a produção do conhecimento arquivístico**. In: MESA REDONDA NACIONAL DE ARQUIVOS, Caderno de Textos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. Disponível em: <[http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/ Mesa/formao\\_e\\_capacitao\\_profissional\\_e\\_a\\_producao.pdf](http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/ Mesa/formao_e_capacitao_profissional_e_a_producao.pdf)>. Acesso em 04 ago. 2009.

FÓRUM DAS ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS DE ARQUIVOLOGIA. Diferenças entre Sindicatos e Conselhos Profissionais. Disponível em: <http://www.farq.aag.org.br/images/stories/sindicatoconselhos.pdf>. Acesso em 05 de out. 2009.

FLORES, Daniel. Gestão de Documentos Eletrônicos – GDE. Universidade Federal de Santa Maria/RS, 1998. Disponível em <http://www.arquivologia.ufsm.br/daniel/artigos.html> Acesso em: 10 dez. 2009

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRESSLER, Lori Alice. **Introdução à pesquisa: projetos e relatórios**. 2 ed. rev. atual. São Paulo: Loyola, 2004. 295p.

JARDIM, José Maria. A universidade e o ensino da arquivologia no Brasil. In: X CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 1994. São Paulo. **Anais...** São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1994.

\_\_\_\_\_. **Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil**. Niterói: Editora da UFF, 1995.

\_\_\_\_\_. **A produção de conhecimento arquivístico: perspectivas internacionais e o caso brasileiro (1990 - 1995)**. Brasília: Ciência da Informação. v. 27, n.3, 1998.

\_\_\_\_\_. **Transparência e opacidade do Estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental**. Niterói, RJ: Editora da UFF, 1999.

JARDIM, José Maria, FONSECA, Maria Odila. **A formação do arquivista no Brasil**. Niterói, EdUFF, p. 123-180, 1999a.

\_\_\_\_\_. **A produção e difusão do conhecimento arquivístico no Brasil 1996-1999**. Departamento de Ciência da Informação/ Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Informação - NEINFO, UFF. Relatório de pesquisa. 1999b.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (Brasil). CBO - Classificação Brasileira de Ocupações. Disponível em <<http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/home.jsf>> Acesso em: 30 ago. 2009.

MARCIAL, Elaine. **O papel do profissional da informação no trabalho de inteligência competitiva**. Brasília: ABRAIC, 2003. Disponível em: <<http://www.abraic.org.br>>. Acesso em: 02 jun. 2009.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. **Metodologia qualitativa de pesquisa**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago, 2004 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n2/v30n2a07.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2009.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. **Uma profissão em evolução: profissionais da informação no Brasil sob a ótica de Abbott- proposta de estudo**. In: BAPTISTA, Sofia Galvão; MULLER, Suzana Pinheiro Machado (Org.). Profissional da informação: o espaço de trabalho. Brasília DF: Thesaurus, 2004. cap. 1, p.23-54. (Estudos avançados em Ciência da Informação, v.3).

NASCIMENTO, A. E; BARBOSA, J. P. **Trabalho: história e tendências**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2001

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

PAES, Marilena Leite. **Núcleos Regionais: Um esclarecimento necessário**. Disponível em: <<http://www.aabweb.cjb.net>> Acesso 10 jun. 2009

RICHTER, Eneida I. Schirmer; GARCIA, Olga M. Correa; PENNA, Elenita F. **Introdução à Arquivologia**. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2004.

RODRIGUES, Edgar. **Socialismo e Sindicalismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969. 346 p.

SANTOS, Vanderlei Batista. **Associativismo arquivístico no Brasil: algumas considerações**. Disponível em: <<http://blog.acervo.com.br/2008/03/01/associativismo-arquivistico-no-brasil-algumas-consideracoes/>> Acesso em: 25 set. 2009

SANTOS, Vanderlei B.; INNARELLI, Humberto C.; SOUSA, Renato T. B. **Arquivística: temas contemporâneos**. Distrito Federal: Senac. 2 ed. 2008.

SARAIVA. **Códigos Civil, Comercial, Processo Civil e Constituição Federal**: 4 em 1. 5 ed., São Paulo: Saraiva 2009

SOUSA, Renato T. B. O papel do estágio na formação profissional do arquivista: a experiência do Curso de Arquivologia da Universidade de Brasília. **In: A formação do arquivista no Brasil**. I Reunião Brasileira de Ensino de Arquivologia. Editora EdUFF. Niterói, RJ. 1999.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda. Formação, perfil e competências do profissional da informação. In: Congresso Nacional de Bibliotecários; Arquivistas e Documentalistas, 8º, Estoril, 2004 – Nas encruzilhadas da Informação e da Cultura: (re)inventar a profissão: actas. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo4161.PDF>> Acesso em: 04 set. 2009.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3 ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da Universidade Federal de Santa Catarina, 2001. Disponível em: <<http://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia%20da%20Pesquisa%203a%2>> Acesso em 16 set. 2009.

TEIXEIRA, Maria das Graças Almeida, BARBOSA, Marilene Lobo Abreu, LUBISCO, Nídia Maria Lienert e CUNHA, Vanda Angélica da. **Ensino de biblioteconomia por competência**. TECBAHIA - Revista Baiana de Tecnologia. Camaçari, v.17, n.2, p. 57-65, maio/ago., 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Centro de Ciências Sociais e Humanas. Curso de Arquivologia. **Projeto Político-Pedagógico**, Apresentação. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/progradcursos/ARQUIVOLOGIA/APRESENTAÇÃO.pdf>> Acesso em 24 ago. 2009.

VALENTIM, Marta Lúcia Pomim (Org.). **Atuação profissional na área de informação**. São Paulo: Polis, 2004

\_\_\_\_\_. **O Profissional da informação**: Formação, perfil e atuação Profissional. São Paulo: Polis, 2000

## **APÊNDICES**



**APÊNDICE A – Questionário para levantamento das informações****UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*  
GESTÃO EM ARQUIVOS**

Prezado (a) colega arquivista

A aplicação do questionário, como instrumento de coleta de dados, integra a metodologia do projeto de pesquisa **O MERCADO DE TRABALHO DOS ARQUIVISTAS SÓCIOS DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS DO RS (AARS)**. O objetivo geral é investigar a realidade profissional dos arquivistas associados à Associação dos Arquivistas do Rio Grande do Sul (AARS). O relatório final, em forma de monografia, deverá ser apresentado ao curso de Pós Graduação Especialização - Gestão em Arquivos da UAB-UFSM.

Sua colaboração é fundamental para que os resultados da pesquisa sejam representativos. Portanto, aguardo sua resposta e desde já agradeço sua atenção.

Arquivista: Jocelaine Zanini Rubim Link – [jo.rlink@hotmail.com](mailto:jo.rlink@hotmail.com)

**INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS****1 - ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS**

1.1 - Sexo:

Feminino                       Masculino

1.2 - Faixa etária:

- de 20 até 25 anos
- de 25 a 30 anos
- de 30 a 35 anos
- de 35 a 40 anos
- de 40 a 45 anos
- de 45 a 50 anos
- acima de 50 anos

1.3 - Estado civil:

- Casado(a)
- Solteiro(a)
- União estável
- Separado(a) e/ou divorciado(a)
- Outro

1.4 - Tem filhos:

Sim Quantos: \_\_\_\_\_  Não

1.5- Renda salarial mensal (Salário mínimo: R\$ 465,00):

- de 01 a 03 salários mínimos  
 de 03 a 05 salários mínimos  
 de 05 a 08 salários mínimos  
 de 08 a 11 salários mínimos  
 mais de 11 salários mínimos

## **2 - FORMAÇÃO ACADÊMICA E INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO**

2.1 - No que se refere a cursos de graduação você possui outra formação além da Arquivologia?

Sim Qual: \_\_\_\_\_  Não

2.2 – Pós - graduação:

- Especialização concluída  
 Especialização em andamento  
 Mestrado concluído  
 Mestrado em andamento  
 Mestrado Profissionalizante concluído  
 Mestrado Profissionalizante em andamento  
 Doutorado concluído  
 Doutorado em andamento  
 Outra(s) Especifique: \_\_\_\_\_

2.3 - Instituição empregadora:

- Pública federal - Nome: \_\_\_\_\_  
 Pública estadual - Nome: \_\_\_\_\_  
 Pública municipal – Nome: \_\_\_\_\_  
 Empresa privada – Nome: \_\_\_\_\_  
 Não trabalha  
 Outra Nome: \_\_\_\_\_

2.4 - Forma de ingresso na instituição:

- Concurso público/nomeação  
 Contrato temporário  
 Contrato  
 Processo simplificado/ análise de currículo  
 Outra Especifique: \_\_\_\_\_

2.5 - Regime de trabalho:

- Estatutário  
 Celetista  
 Autônomo  
 Outro Especifique: \_\_\_\_\_

2.6 - Categoria funcional:

- Arquivista  
 Outra Especifique: \_\_\_\_\_

2.7 - Na instituição em que atua, possui função de chefia de setor/departamento/coordenação?

Sim Qual: \_\_\_\_\_  Não

2.8 - Carga horária semanal:

até 20 horas

até 30 horas

até 40 horas

Outra Especifique: \_\_\_\_\_

2.9 - Possui registro de arquivista na DRT (Delegacia Regional do Trabalho):

Sim Ano de Registro: \_\_\_\_\_

Não Porque: \_\_\_\_\_

2.10 - A instituição na qual você trabalha:

Incentiva seu aperfeiçoamento, concede licença, subsidia os custos de inscrição, transporte e hospedagem para participar dos eventos arquivísticos.

Incentiva seu aperfeiçoamento, concede licença e subsidia parte dos custos.

Não incentiva de nenhuma forma.

Concede licença, mas não subsidia custos.

Só subsidia os custos quando os eventos são da área de interesse da instituição, cujo tema da área arquivística tenha relação com as atividades desenvolvidas no momento.

2.11 - Atividades desenvolvidas (pode marcar mais de uma opção):

Arranjo/classificação de documentos

Registro e controle de documentos

Descrição de documentos

Gerenciamento eletrônico de documentos

Digitalização de documentos

Microfilmagem de documentos

Avaliação de documentos

Atendimento ao público

Leitura paleográfica

Conservação de documentos

Difusão de arquivos

Ministra cursos, oficinas, treinamento de pessoal, palestras

Ministra aulas

Outra(s) Especifique: \_\_\_\_\_

### 3- PARTICIPAÇÃO COMO ASSOCIADO DA AARS

3.1 - Você participa dos eventos promovidos pela Associação dos Arquivistas do Rio Grande do Sul (AARS)?

Sempre

Às vezes

Nunca

Justifique sua resposta: \_\_\_\_\_

3.2 - Em sua opinião, filiar-se ou associar-se a entidades representativas de classe fortalece o reconhecimento da profissão de arquivista?

Sim  Não

Justifique sua resposta: \_\_\_\_\_

3.3 - Marque nas alternativas abaixo qual ou quais entidades que você pensa que pode fortalecer o reconhecimento do Arquivista e justifique sua resposta (pode marcar mais de uma opção):

- Sindicatos
- Conselhos
- Associações

Justifique sua resposta: \_\_\_\_\_

3.4 - Você é sócio da AARS:

- Desde a sua formação como arquivista  
Em que ano ingressou como sócio: \_\_\_\_\_
- Na categoria de estudante de Arquivologia  
Em que ano ingressou como sócio: \_\_\_\_\_

3.5 - Você já conquistou espaço no mercado de trabalho utilizando-se de indicação ou busca no *site* da AARS?

- Sim
- Não

3.6 - Você acessa com que frequência o *site* da AARS?

- Diariamente
- 01 vez na semana
- 01 vez no mês
- esporadicamente
- nunca

3.7 - Você usa o *site* da AARS como meio para publicar seus trabalhos acadêmicos ou profissionais?

- Sim
- Não

Justifique sua resposta: \_\_\_\_\_

**INFORMAÇÕES ADICIONAIS:** (que você julgue importante para a pesquisa e não foram contempladas neste instrumento)

---

---

---

**MUITO OBRIGADA!**

**APÊNDICE B – Entrevista com a Presidente da AARS****UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*  
GESTÃO EM ARQUIVOS****À****Presidente da AARS****Sra. Clara Marli Scherer Kurtz****Data do envio da entrevista: 06 de setembro de 2009.**

Segue abaixo a entrevista como forma de subsídio para o êxito da pesquisa intitulada: **O Mercado de Trabalho dos Arquivistas Sócios da AARS**. Sua colaboração é fundamental para que os resultados da pesquisa sejam representativos. Portanto, aguardo sua resposta e desde já agradeço sua atenção.

Arquivista: Jocelaine Zanini Rubim Link – [jo.rlink@hotmail.com](mailto:jo.rlink@hotmail.com)

**1) Qual o nº de arquivistas associados efetivos da AARS?**

Atualmente, temos 123 associados efetivos na AARS. No entanto, nestes 10 anos de existência da AARS, se inscreveram como sócios, mais de 300 arquivistas ou estudantes.

**2) Poderia fornecer os endereços eletrônicos dos arquivistas associados?**

Sim, a lista dos associados segue, em anexo.

**3) Nestes anos à frente da Diretoria da AARS o ingresso de associados ocorre na maioria das vezes quando são estudantes dos Cursos de Arquivologia ou quando já são profissionais graduados?**

Na verdade, não temos como precisar esta informação. Ocorre que, de tempos em tempos, fizemos algumas campanhas entre os estudantes e conseguimos um grande numero de associados. Algumas vezes, este aluno estudante, segue efetivo ate a formatura e continua como sócio após formado. Na maioria das vezes, o profissional só se associa depois de formado, para estar informado sobre as atividades da área e para saber de concursos ou oferta de vagas na empresa privada.

**4) Na promoção de eventos, a AARS tem como público alvo os graduados em Arquivologia ou os universitários?**

As promoções da AARS são dirigidas tanto para profissionais quanto para os estudantes. Sempre fizemos descontos especiais para sócios e alunos sócios.

**5) O resultado obtido com a extinção dos núcleos regionais da AAB-RS e formação independente da AARS em 1999 foram favoráveis? Explique:**

A criação das Associações estaduais, a partir de 1999 foi benéfica no sentido de conseguirmos maior autonomia de ação e definição de metas em nosso estado. No entanto, a extinção dos núcleos regionais da AAB criou uma ruptura nas relações entre os profissionais no Brasil, o que só voltou a acontecer a partir dos Congressos Nacionais em 2004. Hoje, temos oito associações estaduais e mais a AAB, que embora tendo o nome de “Brasileiros” não representa os arquivistas nacionalmente. As outras entidades criadas para congregar nacionalmente os profissionais, não têm personalidade jurídica.

**6) Com relação à inserção no mercado de trabalho dos arquivistas associados da AARS, como avalia o papel da associação no auxílio dos arquivistas para ingressar no exercício profissional?**

A AARS, desde sua criação, vem procurando chamar seus associados sempre que uma vaga para arquivista se apresenta no mercado ou por meio de concurso público. Nestes últimos meses, temos recebido quase semanalmente, um pedido de contratação de arquivista. Sempre divulgamos no site ou contactamos diretamente algum arquivista, quando este nos procura, e a vaga se aproxima de seu perfil. Muitas vezes, não temos nomes para indicar, pois os formados recentes ou que não estejam trabalhando, não nos contactam para deixar seus emails ou endereços. No banco de dados, algumas estão desatualizadas, pois os arquivistas trocam seus endereços e não nos comunicam.

**7) No que se refere à publicação no *site* da Associação de material arquivístico, como é inserida a participação dos arquivistas, ou seja, é de forma efetiva ou os arquivistas não participam ou ainda não conhecem a forma de publicar e se utilizar deste instrumento?**

Este é um problema que estamos tentando resolver. Os profissionais não acessam o site da Associação, por desconhecimento ou falta de interesse. A publicação de artigos ou divulgação de novas obras da área, ainda é feita pela administração da Associação. Os associados não têm o hábito de entrar no site e incluir seu currículo ou mesmo enviar notícias e artigos para ser incluídos. Temos a impressão que os associados esperam que a Direção os procure e realize suas aspirações, sem entender, que a associação só será forte com a participação dos associados.

**8) Você acredita na possibilidade de criação do Conselho Federal de Arquivistas? Dê sua opinião:**

Já acreditei muito mais na criação dos Conselhos Federal e Estaduais de Arquivistas. Com a atual política do Governo e difícil que consigamos esta velha aspiração. De mais a mais, temos que fazer uma grande frente junto aos políticos e principalmente, a união da classe para que consigamos o resultado almejado. Primeiro, temos que saber onde estamos e quantos somos para justificar a criação do Conselho.